

PATRIMÓNIO

políticas e práticas culturais

VERSÃO
de
RESUMO

UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL

de Eduardo Jorge Esperança, em
Dissertação de doutoramento na
Universidade de Évora



152552

UNIVERSITY OF TORONTO

Apresentação e Introdução

No início deste nosso percurso, é de referir o importante factor de formação que foi oferecido pelo Departamento de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, durante todo o tempo em que decorreu a parte lectiva da Licenciatura, com destaque para o estudo da Comunicação e dos Media, baseados essencialmente nas diversas Sociologias e algumas Ciências da Linguagem. Quanto à parte de pesquisa, já é necessário referir alguns pormenores desde essa altura em que iniciámos o trabalho de pesquisa sobre o património filmico nacional. Já antes do início do Mestrado era grande o nosso envolvimento profissional com a Cinemateca Portuguesa, particularmente na preparação do projecto do ANIM — Arquivo Nacional das Imagens em Movimento — em conjunto com o Eng^o José Manuel Costa, hoje coordenador do ANIM e responsável pelo programa Europeu Molière. Nesse trabalho, começámos por questionar as vias possíveis para se pensar o arquivo nas, e para lá das referências conhecidas; Benjamim, Foucault, André Bazin, etc. Toda a reflexão acabou por girar em volta de três questões-chave;

- a) A grande questão ontológica - porque se conservam filmes/imagens em movimento?
- b) A grande questão pragmática - para que se conservam filmes/imagens em movimento?
- b.1.- A questão derivada que estabelece o imperativo axiológico da selecção; o que conservar?

Depois de algumas considerações sobre os diversos dispositivos de conservação, tal como sobre os seus suportes sociais, foi abordada a questão da materialidade destes objectos específicos e o modo como envolvem e são envolvidos na sua relação de manutenção.

Um capítulo mais longo observa o trabalho da memória e os seus modos de percepção, tanto na sua relação com o Tempo e a História, como com as políticas do Presente. A necessidade da memória repercute não apenas a necessidade de ordenação do presente cronológico, como a ordenação no presente do imaneente caos social, na procura de força para a imposição ritual das práticas que o devem estruturar. A seguir, surgem os problemas da imersão na linguagem e a abordagem ontológica de Bazin — *The Ontology of Photographic Image* — a partir da qual se tenta extrapolar algum suporte ontológico para a actividade conservacionista e arquivística dos sujeitos na sua relação com a imagem. Aqui, o essencial a reter é o modo como o Tempo, tornado cada vez mais irreversível, vai impondo práticas de conservação e cristalização dos objectos por onde circula; o modo como o investimento espectacular da sua mediação encontra na imagem retida/arquivada o supremo objecto de recuperação na perda que acontece com essa irreversibilidade.

Depois destas questões essencialmente teóricas, surge uma outra mais transversal com que há bastantes anos os arquivistas se debatem: dentro do universo de todas as imagens recolhidas, apenas uma parte pode ser conservada; qual? É o problema axiológico da selecção que passa tanto pelas imposições da materialidade técnica dos objectos como por toda a construção axiológica em que se estruturam os valores que comandam a acção do arquivística. É este um verdadeiro ponto de fusão entre a práxis quotidiana de quem tem de administrar decisões acerca da vida ou morte das imagens, e que por esse *logos* produzido a partir da sucessão de actos que se vão impondo¹, acaba por construir uma axiologia do arquivo, uma grelha de valores guia das diversas decisões que se sucedem.

É em seguida feita uma rápida alusão às transformações já a serem operadas pelos novos media, aos novos modelos de acesso à imagem. As últimas páginas detêm-se sobre a análise de alguns documentos exemplares de toda a dissertação até aí produzida.

Caminhos Possíveis:

Assim, e no seguimento de uma sensibilidade a que já havíamos sido expostos nesta pesquisa sobre o arquivo do património filmico passamos, nesta etapa, ao *Património*, numa abordagem mais abrangente, à totalidade dos objectos que o podem constituir², analisando em particular o imaginário social que reflecte a sua existência.

Perante a vastidão de opções por onde se poderia enveredar, esta era uma das que entroncava sem sobressaltos na continuidade do primeiro trabalho, e que melhor correspondia ao capital de saber em reserva e, particularmente, às nossas aspirações relativamente à direcção, áreas de expansão desse capital. Esta é, mesmo assim, uma área vastíssima, que nos obrigou, em seguida, a outras opções que assim se apontam:

- 1- Abordar uma área de pesquisa relativamente circunscrita e explorável à exaustão;
- 2- ou, uma área mais vasta, eventualmente passível de um tratamento mais abrangente e de síntese, pelo menos no que se refere a algumas facetas mais expostas e sensíveis à abordagem comunicacional.

A decisão relativamente a uma opção do ponto 1. não nos pareceria difícil, apenas uma questão de escolha entre os objectos específicos a abordar e explorar à exaustão; uma solução muito comum no nosso meio. Já relativamente ao

¹ A propósito desta problemática, ver Perriault, J. *La Logique de l'usage*, ed. Flammarion, Paris, 1989, e também Scardigli, V. *Les sens de la technique*, ed. PUF, Paris, 1992.

² mais particularmente, como à frente se referencia, uma abordagem ao campo que potencialmente abriga a totalidade dos objectos patrimonializáveis.

ponto 2., se perfilavam géneros de opção diferentes, especialmente pela sua extensão. Poderíamos, por exemplo, ter optado pela circunscrição deste estudo ao património nacional, práticas e políticas internas. Talvez isso nos tivesse mais facilitado o financiamento de um projecto, mas tínhamos já vários dados complementares que nos faziam evitar tal opção. Sabíamos que qualquer referência e reflexão em volta do património se começa a não poder constringir a fronteiras geográficas ou políticas, sob pena e risco de se produzirem todo o tipo de distorções. Neste momento (1995), a cena socio-política portuguesa é rica de casos que cruzam a administração económica, política e do património. Teria eventualmente sido mais empolgante a abordagem circunscrita a um desses casos — fossem eles o da inventariação patrimonial, ou o caso "Foz Côa". Acontece que se impunha este trabalho prévio sem o qual o arranque para a investigação localizada seria bem mais titubeante. Por outro lado, quaisquer dos casos mais interessantes, se encontram em "processo pendente", alguns ainda no seu início, e não parece haver interesse de qualquer força político-administrativa na consulta ou estudo de casos por vias periciais de resultado menos previsível.

Apesar de facilitado, seja pela informação existente como pelos procedimentos estabilizados a cumprir, o trabalho demasiado localizado, tanto geográfica como epistemologicamente, corre os mesmos riscos de isolamento. Poderíamos ter restringido a abordagem a uma óptica epistemológica bem mais estreita — o estudo tradicional e exclusivamente sociológico, numa matriz metodológica bem mais ortodoxa e restrita ao levantamento e tratamento de dados. Poderíamos ter a informação dos estudos historiográficos existentes, ensaiando depois um desvio hermenêutico orientado para uma forma de abordagem mais sociológica ou culturalista, por exemplo. Poderíamos ter optado por uma abordagem exclusivamente comunicacional, na busca e recorte de circuitos específicos de informação. Mas no trabalho inicial de pesquisa de informação e observação de estudos já efectuados, ficámos surpreendidos com a relativa escassez de abordagens (tanto do ponto de vista metodológico como epistemológico) de perfil próximo ou similar ao que no início já nos parecia sensato empreender. Foi essa escassez, com a conseqüente promessa de algum terreno por desbravar, que nos empurrou para uma via mais difícil, que a seguir se poderá julgar.

Com esta opção estávamos, em princípio, a optar por um trabalho de detecção (*scanning*)³ cultural mais extensiva e

de maior síntese reflexiva. Isto seria acompanhado por um trabalho qualitativo sobre e através de dados não especificamente recolhidos para esta pesquisa, mas produzidos pelas próprias instituições administrantes, ou campos em que se deslocam os objectos tratados. A escorar este trabalho de análise, foram feitas entrevistas localizadas e aprofundadas a elementos "pivot" dos campos administrantes da generalidade dos objectos patrimonializáveis. Isto acontece não para justificar, mas pela impossibilidade de constituição de uma equipa e respectivo financiamento, num projecto de trabalho de campo mais alargado. Apesar de todas as tentativas, nenhuma das poucas fontes de financiamento foi sensível a este projecto e, pelas mais diversas razões, evitamos tirar daqui quaisquer conclusões acerca desta insensibilidade.

Não havendo, assim, chance de uma pesquisa empírica (de campo) alargada a acompanhar o trabalho de reflexão teórica, optamos por seleccionar terrenos que se nos ofereciam de mais fácil acesso para a concretização de um trabalho de campo exaustivo, mas localizado:

- os *arquivos de imagens em movimento*, porque situados, e com os quais já trabalháramos anteriormente;
- as *artes e ofícios tradicionais* que, por razões não apenas circunstanciais, se nos ofereceram em termos de investigação no terreno⁴.

Ao mesmo tempo, nesta via estava implicado um trabalho mais eclético, a consulta a uma mais vasta gama de fontes empíricas e bibliográficas, cuidando da hipótese de reservar, ainda assim, um pequeno quantum de pioneirismo numa área que tem sofrido o tratamento mais frequente das suas vertentes mais técnicas e imediatamente instrumentalizáveis. Até mesmo no domínio da produção documental, o panorama global é mais pobre do que poderá parecer à primeira vista. Assim, da pesquisa exaustiva que fizemos de todo o tipo de documentos, editados ou facsimilados, com menos de 15 anos, tratando o património cultural em qualquer uma das suas vertentes, a Europa deverá ter, aproximadamente:

- à cabeça a França e a Itália, depois a Espanha e os Estados Unidos da América com bastante menos obras, e então Portugal com pouco mais que os dedos das mãos no conjunto das obras com menos de 15 anos. Isto são aproximações, com base nos documentos editados, pois a consulta às fontes disponíveis, hoje mais fácil graças ao CD-ROM, dá números inferiores; contabilizamos, assim, uma função da percentagem de obras que pelas mais

desse objecto e determinação das possibilidades da sua autonomização enquanto objecto de conhecimento.

⁴É claro que, a juntar ao trabalho qualitativo acima referido, a exaustividade deste trabalho de campo circunscrito a estes dois géneros de objectos — os filmes e os objectos artesanais — podem, pelo menos na actualidade, operar como amostra qualitativa extensível ao restante estudo.

³Esta é a expressão mais exacta que encontro para nomear o trabalho mais exaustivo num espaço alargado; a detecção dos saberes operacionalizáveis sobre este objecto heteróclito. Poderá ser, como mais à frente se pormenoriza e agora se define, o *scanning* do campo teórico de dispersão do objecto para a constituição de um esboço teórico de conhecimento

diversas razões encontramos nos vários países, fisicamente editadas, mas não referenciadas nos grandes catálogos.

Progressões e arrumações

Explicitadas as razões principais desta opção, é necessário indicar alguns pormenores de "arrumação" textual deste trabalho.

Foram assim constituídos seis capítulos, os três primeiros de rastreio, questionamento e exploração da base constituída (o existente) do tema; os três últimos mais de análise, produção de instrumentos de síntese, e respostas possíveis ao questionamento anterior.

Um resumo, pouco circunstanciado, de cada capítulo está contido na respectiva conclusão, de modo a tomar mais visível uma síntese das matérias tratadas e expostas, facilitando a passagem ao capítulo seguinte. Para as citações foi utilizado o modelo francês e, na generalidade, transcreveu-se o texto original, excepto nas obras citadas a partir de traduções; nestas optámos por traduzir para o português.

A bibliografia contém a totalidade das obras aqui citadas, as obras que serviram de apoio à produção deste trabalho mas podem não ser nele directamente visíveis, e o conjunto das obras que podem ajudar a complementar um estudo nas proximidades deste. É, aliás, na esperança de que este trabalho possa ter alguma utilidade futura, que seleccionámos opções mais didácticas de apresentação do texto e com alguma extensão como, por exemplo, no caso das citações e da bibliografia. Por outro lado, é fácil encontrar por todo o trabalho múltiplas referências cruzadas entre pontos diferentes. Apesar do extremo cuidado relativamente às ordens de exposição a que a nossa orientação submeteu o trabalho, é igualmente a nossa preocupação didáctica que nos leva à exposição desses cruzamentos e referências que nos são evidentes, mas podem não o ser tanto para quem não tenha executado o mesmo percurso. Há igualmente um aspecto importante, relativo ao percurso, que é necessário destacar: o facto de a progressão da pesquisa e a progressão da exposição não serem paralelos, homólogos ou sequer isotópicos.⁵ Por vezes, os investigadores referem-se a esta questão nos seus trabalhos mas, mesmo nas ciências humanas, a maior parte das vezes, ela passa sem referência. A sua importância só se destaca ao nível da reflexão

⁵Em termos gerais são, essencialmente, a História e a Sociologia da Ciência que se preocupam com esta questão, no momento em que inventariam e investigam o cumprimento de metodologias gerais ou individuais, quando procuram seguir os percursos originais dos investigadores que se destacaram por alguma criação original e socialmente bem recebida.

metodológica e epistemológica, no momento em que se pensa ou inventaria a cronologia dos actos de investigação e o padrão serial ou, em termos saussurianos, sintagmático em que se constitui, precisamente pelo crumprimento dessa cronologia e não outra. Acontece que a cronologia dos actos de pesquisa raramente é visível, até mesmo para o investigador que a subestima (como é o nosso caso), dada a importância sobrepujante da exposição para efeitos finais de leitura, avaliação e/ou implementação dos resultados da pesquisa. Há ainda uma razoável quantidade de epifanias⁶ que, depois, são ajustadas ou rejeitadas pela racionalidade do discurso expositivo, e nele aparecem diluídas. Isto, a finalizar esta referência, destaca o trabalho de persistência num terreno bem mais acidentado e áspero que a fluidez e polimento das exposições por vezes mascaram. Este é um dos dilemas com que qualquer trabalho se depara e que também se inscreve nas áreas da comunicação — podemos chamar-lhe o «dilema representacional»:

- reflectir e submeter a reflexão ao "fazer-se compreender", comunicar primeiro, ou
- reflectir, e depois representar com a maior exactidão o reflectido;

Tentámos conciliar as duas opções.

Capítulo I — Questões metodológicas e conceptuais

1. Introdução;
 - 1.1 Localização da pesquisa — Instrumentalidade e redução;
 - 1.2 Unidade e multiplicidade das vias de progressão;
2. O interesse da ciência e a transdisciplinaridade dos campos;
3. Transversalidade e processos de navegação;
 - 3.1 Ecletismo e perspectivas;
4. A abordagem comunicacional;
 - 4.1 Que "Comunicação"?
 - 4.2 Esboço de um modelo comunicacional;
 - 4.3 Relação e revelação: o contraste e a especificidade do objecto;

⁶James Joyce foi o responsável pela conversão deste termo cristão "epifania" em termo crítico, tendo passado ao uso comum no campo literário, significando algo como "momentos de clarividência evanescente" sobre um determinado tópic.

5. Uma noção multidimensional de «experiência»;
6. Uma noção de Campo Social — para uma observação operacional;
7. Conclusão

Este capítulo inicial destina-se essencialmente a fornecer algumas coordenadas para a leitura e apreciação de todo o trabalho que se segue, um enquadramento epistemológico mais geral.

Essas coordenadas começam por *delimitar as práticas e os campos de saber envolvidos*, adentro da capacidade possível num estudo transversal como este se apresenta, aplicado ao tema específico que o exige. Começam por se observar as formas de instrumentalização e redução que as metodologias das ciências sociais plasmaram de um positivismo reinante e fonte de todas as legitimações discursivas que partilham o seu modelo. São igualmente observadas algumas características inerentes à complexidade do campo em análise e o modo como se podem encontrar formas de abordagem, heurísticamente mais rentáveis, no cruzamento de campos de saber tradicionalmente sectorializados.

Em seguida, observam-se algumas alternativas possíveis em termos do encarrilamento metodológico deste trabalho, a partir das condições prévias conhecidas e assumidas como, por exemplo, o estatuto de complexidade da experiência que se aborda, assim como as formas de localização e rastreamento das fronteiras e relações cruzadas entre o campo em análise, as suas periferias e pontos de relação mais distantes; isto num modo de espacialização — até uma proxémica — que auxilie o recorte das posições dos elementos, da estrutura relacional que atravessa o campo, e que auxilie igualmente a observação das formas de operacionalidade específicas, práticas próprias do campo, e as formas homólogas aos outros campos em geral.

Encontrada e trabalhada a melhor forma de abordagem ao objecto de investigação, é necessário observar, ainda que localmente, o campo de onde parte a abordagem, algumas formas de constituição dos elementos que assumem o papel de sujeitos activos nesta investigação. Isto começa pela análise do interesse da ciência e o modo como ela própria, na sua positividade e interesse operativo/productivo, recorta o seu campo em disciplinas que depois encontram alguma dificuldade em se articular na abordagem às experiências que elege como objecto de investigação. Esta, uma transdisciplinaridade que deve, pelo menos, ser estatuida e assumida para permitir encontrar, nessa transversalidade disciplinar, os melhores processos de navegação, indispensáveis à abordagem de qualquer experiência que se constitua como objecto de estudo. O ecletismo, por vezes aparente, por vezes real

que daqui resulta, é igualmente necessário a esta perspectiva que parte do princípio que a análise da experiência, mesmo localizada, não admite uma sectorialização do seu escopo, dada a forma global como qualquer experiência ocorre e, por analogia, é suposto ser acompanhada pela abordagem científica que a reconstitui. Alguns problemas se destacam nestas considerações, e estes ocorrem particularmente nos processos de procura, levantamento e observação dos objectos de pesquisa; na utilização de "instrumentos de navegação" epistemológica e constrangimentos emergentes; na observação das múltiplas perspectivas envolvidas e da qualidade deste "ecletismo".

O modelo comunicacional que a seguir se mostra, serve apenas de guia aos modos de abordagem à relação e formas de relacionamento dos elementos constituintes da experiência em análise. É igualmente a melhor via que encontramos de, teoricamente, fazer destacar a importância da estrutura de relações comunicacionais e das suas formas específicas de matização numa economia do intercâmbio simbólico. Este modelo destaca precisamente o eixo da *relação* e da *revelação*. Como mais à frente veremos, ao entender o *património* como campo de práticas que se constituem numa experiência relativamente autónoma, de uma outra forma se destaca novamente esse polo da *relação*.

São a seguir definidos, no âmbito desta abordagem e seu enquadramento teórico, dois conceitos centrais: «experiência» — no seu sentido pluridimensional, e «campo social», no modo como se estabilizam lógicas de legitimação e coerência de procedimentos nos diversos espaços de acção social.

Este capítulo introdutório e de exposição metodológica e conceptual apresentou, por vezes, alguma fragmentação, mesmo na abordagem aos pontos principais que queríamos ver tratados na passagem pelos diversos territórios epistemológicos que atravessamos. Essa fragmentação é o preço que temos de pagar pela extensão dos territórios que abordamos, pela pluridimensionalidade que assume o nosso objecto de estudo — o *património*.

De qualquer modo, acreditamos que ficou clara a orientação epistemológica desta pesquisa transectorial, o modo como é possível encontrar o suporte-fundamento de articulação deste estudo.

Passamos, de seguida, ao próximo capítulo, onde iniciamos a abordagem às diversas formas de representação do *património*, em particular as mais definitórias; um trabalho que permite, depois, iniciar o questionamento do que se representa e define — a problematização do *património*.

Capítulo II — Rastreo e problematização do *património*, experiência patrimonial e imaginário simbólico;

- 1 Introdução — objectivos deste capítulo;
- 2 Possibilidades de construção de uma cartografia das enunciações envolvendo o *património* e suas "formas de expressão";
 - 2.1.1 Génese etimológica e percursos da expressão *património*;
 - 2.1.2 A noção de *propriedade*; vizinhanças;
3. As definições de "*património*", começando pelas mais estabilizadas;
 - 3.1 A urgência de problematizar a questão patrimonial — modos de questionamento;
 - 3.2 A produção do juízo como primeiro elemento questionável;
4. Sobre o inventário, as modalidades e campos de inventariação;
 - 4.1 Casos concretos de experiências diferentes: os patrimónios da Igreja Espanhola e Portuguesa;
5. Experiência patrimonial — imaginário e objectos simbólicos;
 - 5.1 O Imaginário Simbólico;
 - 5.2 A Dinâmica Simbólica na estática geral — funções de estabilização;
6. Conclusão;

Após a caracterização da generalidade dos problemas metodológicos de produção e de leitura que este trabalho encontra⁷ passamos, neste capítulo, a uma fase mais específica que tenta abrir, por duas vias essenciais, o caminho para a análise e abordagens possíveis à experiência patrimonial. Assim:

a) Uma primeira via tenta detectar os **modos possíveis de problematização** do património, o mesmo é dizer, os **modos de questionamento** e definição do que aqui se busca — a experiência patrimonial. Tenta, essencialmente, despistar os diversos modos de emergência e enunciação, do mais discursivo ao mais pragmático, evidenciados nas diversas dimensões em que a experiência patrimonial se manifesta e constitui na sua totalidade. Esta detecção dos diversos modos de emergência da experiência acontece imediatamente antes, quando não em simultâneo, com a sua problematização, de um modo que tenta cruzar e ultrapassar a forma

positivista que estatui e delimita apenas o imediatamente visível, sem o questionar.

São inicialmente observados os segmentos essenciais que percorrem a linha etimológica e, depois, as diversas formas de constituição do sentido da expressão *património*. Este ponto começa com uma cartografia das enunciações envolvendo a expressão *património*, passando-se de seguida à etimologia e desdobramento de usos e significados, assim como da observação de algumas raízes conceptuais que investem sentido na expressão, como é o caso de *propriedade* e *interesse público*. A questão fundamental do modo como a **noção de património representa algo**, é feita representar algo para quem a enuncia; o modo como, através de sujeitos diferentes, em cada actualização da expressão se cruzam formas de representação que a expressão *Património* aglutina⁸ em particular na sua função social, ao mesmo tempo colectiva e individual. Uma função que tenta investir coesão em grupos heterogéneos à volta de uma adesão comum, ajudando cada membro da sociedade a definir-se individualmente face a uma herança colectiva. Função particularmente importante numa época de esvanecimento geral de identidade.

Continuando esta exploração das diversas formas de enunciação, e passando às mais estabilizadas, são a seguir destacadas e analisadas, as que, pela sua força normativa e definitiva, tanto na dimensão da experiência como na dimensão teórica, nos parecem merecer mais atenção: são as definições e normas produzidas pelas principais convenções internacionais; a lei portuguesa do património; as recomendações do IPPAR; algumas observações e definições teóricas de quem se debruçou sobre o assunto desde meados do século passado. Em síntese, podem então observar-se algumas conclusões: — existe uma dominância do *cronos* e formas de experiência Moderna nas representações observadas, pressupondo tanto uma experiência fragmentada em esferas e campos autónomos, como uma concepção linear do tempo por contraposição à possibilidade de observar uma concepção indivisa e pluridimensional da experiência; observa-se uma evolução definitiva que

⁸"Causalidade linear. Sujeito e objecto permanecem separados e bem reais. A realidade é objectiva e universal, exterior ao sujeito que a representa. A *representação* e as suas características constituem o próprio fundamento da acção e da percepção.(...) A *representação* é a única forma de garantir a realidade do sujeito e a realidade da natureza. A *representação* assegura a sua coincidência.(...) *Representação* é um meio útil de ligar os elementos estocásticos, atomizados para obter a ligação poderosa que exige a vida em sociedade: hierarquias, ligações verticais e horizontais, representação de representação por meio de signos e sinais.

Expressão é ligação interna e participação total. Se algumas etapas e hierarquias são exigidas para alimentar entre si certos elementos que, por definição, são já totalidades, é para convocar alguns níveis específicos de ligação em domínios particulares." *Crítica da Comunicação*, Lucien Sfez, ed. Inst. Piaget, p.63,64.

⁷Que são, aliás comuns a todas as abordagens não positivistas.

descentra o eixo histórico e pericial, e coloca ao centro o público/comunitário; aumenta sem cessar a extensividade e abrangência definitiva e, finalmente, nenhuma das exposições se questiona minimamente acerca do perfil de racionalidade do que está a tentar definir. São estas definições e a sua articulação (ou não) que nos podem oferecer um *corpus* estrutural da experiência a ser problematizada. É o que a seguir se propõe com os modos de questionamento e entendimento da experiência patrimonial como problemática. São assim observados os juízos centrais articulados em volta dos valores mais envolvidos na sua constituição, isto é, na génese do campo⁹ em que se constitui a experiência; são observadas as modalidades e campos de inventariação como actos iniciais dessa constituição e analisados alguns casos concretos — os patrimónios da Igreja Espanhola e Portuguesa. Conclui-se provisoriamente que a globalidade da experiência se apresenta, em si, inesgotável; que as definições que tentam balizar o campo dificilmente o conseguem e, nalguns casos, chocam fronteiras e se contradizem.

b) Por uma segunda via faz-se um trabalho de detecção e caracterização do modo como o simbólico se funcionaliza socialmente, e até que ponto se constitui como imaginário totalizante. São observadas algumas manifestações exemplares pelo modo como operacionalizam a sua acção sob o vector do mais alto rendimento simbólico. No espaço de um imaginário simbólico cada vez mais reificado é dada especial atenção ao tecido institucional, em particular no seu modo de segmentar e aparelhar campos simbólicos em determinados contextos.

Após esta exploração das formas centrais de constituição do campo e operacionalização da experiência patrimonial que nos permite reconhecer alguns padrões performativos nos mais diversos contextos, estamos mais aptos ao recorte e análise desses padrões, nos capítulos seguintes.

Após este percurso, já explicitado na introdução a este capítulo, pudémos, essencialmente, colocar algumas questões às diversas formas pelas quais o património se faz representar, e observar mais demoradamente o modo simbólico que envolve a generalidade das suas representações; a centralidade das dinâmicas simbólicas que habitam o imaginário-tipo em que o património se constitui.

Passamos agora ao próximo capítulo em que iremos observar a generalidade das circunstâncias em que estas dinâmicas emergem e evoluem na Modernidade — aquilo a que chamámos, " as condições de emergência da experiência patrimonial".

Capítulo III — Modernidade e condições de emergência da Experiência Patrimonial

1. Introdução.
2. Onde estamos; as temporalidades da relação;
 - 2.1 A extensão dos presentes e o que daqui se vê;
3. Experiência e Modernidade — da experiência indivisa à sua fragmentação;
 - 3.1 Fixar o devir; as estratégias da estabilização;
 - 3.2 A racionalização da experiência: Max Weber e o desencantamento do mundo;
4. A estetização da Experiência;
 - 4.1 A dimensão afectiva;
 - 4.2 A insondável imagem emotiva;
 - 4.3 Do espaço envolvente e vivido; caracterizações da experiência específica;
5. Formas específicas de racionalização e estabilização — as funções técnica e jurídica;
 - 5.1 A Formação da Experiência Patrimonial como uma forma de Estabilização;
6. A fundamentação positiva do campo do Património pelo Direito;
 - 6.1 O que se passou em Portugal
 - 6.2 O Direito positivo aplicado ao património;
 - 6.2.1 Práticas de classificação;
7. Modos de agenciamento e emergência das instituições administradoras do património;
 - 7.1 A Museologização e a exorbitação arquivista — Museus, museologia e museologização social
 - 7.2 O Lugar do Arquivo;
 - 7.3 A institucionalização da experiência patrimonial; a rede positiva;
 - 7.4 Um caso paradigmático — o arquivo de filmes e os museus de cinema;
8. A Constituição de um imaginário positivo;
 - 8.1 A produção de um agente ideal — "a defesa do património" e a sua ideologia;
9. Património e ecologia; novos signos e totalidades; narrativas e manifestações totais/absolutas, *arche* e *telos* ao mesmo tempo.
10. Conclusão

⁹Sobre a noção de Campo, mais precisa neste contexto, ver à frente o ponto 4. deste capítulo.

No capítulo anterior ensaiámos a problematização possível da experiência patrimonial e concluímos na observação da fragilidade de constituição do campo assente em normas e definições de *património*. Observámos igualmente algumas características que ajudam a caracterizar a experiência patrimonial pelas suas formas de produção de rendimento simbólico, por exemplo através de imaginários mais reificados, assim como nas suas homologias com o sagrado.

Neste capítulo tentamos analisar o percurso e o perfil das formas de experiência que, desde o século passado, caracterizaram o campo do património, as mutações sofridas, assim como os elementos base de suporte para as ideias essenciais que dinamizam a acção que hoje se reivindica "do património". Observa-se, neste campo, o **objecto** como central e grande mediador na lógica da patrimonialização, entendendo-se aqui por objecto, aquilo que se materializa como foco de atenção do sujeito, numa experiência que assim se constitui, tanto do lado da emissão como da recepção. Interessa observar é como chegamos a esta objectualização tão materializante/objectulizante na actualidade, e que se caracteriza por essa necessidade de encontrar um objecto material e concreto a mediar todas as transacções e formas de relação, inclusivamente aquelas que tradicionalmente passavam ainda pelo imaterial. O que acontece é que os próprios objectos investidos do cruzamento de sentidos dominantes no social do seu tempo, acabam por se tornar igualmente grandes mediadores e "cofres" para a generalidade de categorias e conceitos institucionais vigentes: "direito", "propriedade", "herança", "património", "história", etc. Interessa-nos investigar o processo de constituição da "solidez" reificante dalguns destes conceitos, se possível para lá dos quadros tradicionais das taxinomias adoptadas pela História. Mais que isto, entendido que o **património** e o campo que o compreende só podem ser investigados enquanto forma de uma experiência dos sujeitos na história, cabe-nos agora procurar as suas **condições históricas de emergência**. Se não a sua totalidade, pelo menos as **condições determinantes da configuração experiencial que hoje ele assume**.

Começamos, assim, por descrever minimamente a situação e o que caracteriza a actualidade neste âmbito do património para podermos, depois, descortinar os percursos que nesta experiência vêm desembocar. O primeiro levantamento debruça-se sobre o universo integrado e indiviso (pela tutela de Deus e a mão da Igreja) que se vem depois a fragmentar e, em particular, o modo como ocorrem as formas de fragmentação da experiência na Modernidade; os protagonistas principais dessa fragmentação e a herança que até hoje nos chega da racionalidade investida como forma de equilíbrio do universo despolarizado, agora na falta do anterior eixo central (Deus) e ordenador da experiência. Max Weber é

quem melhor nos mostra a emergência dessa racionalidade e os processos de desencantamento do mundo numa experiência que atira para as margens, quando não para o proibido, toda a acção que se faça nortear por outra que não a racionalidade oficialmente estabilizada pelo tecido institucional.

Pelo **modo compensatório** como se observa, nos campos mais marginais à razão, a **estetização da experiência** aparece como uma estabilização da atmosfera dessa rigidez racional, tentando manter a exterioridade do seu vortex estético relativamente à razão. Esta era uma demarcação territorial para a hipótese de **construção de um espaço para o re-encantamento** Moderno, numa reacção aos processos de desencantamento e reificação dominantes. São, por isso, observadas algumas formas desta estabilização e, em particular, o modo como o agenciamento da ideia de *património* em formas de experiência patrimonial se constitui como um grande eixo de estabilização entre outros (as dimensões de compensação — estética e afectiva; sua localização e balizamento institucional).

É então feito um rastreio da generalidade das práticas institucionalizadas de promoção da experiência patrimonial, como é o caso dos museus, arquivos, reservas e outras formas institucionalizadas de produção da experiência, na busca e confirmação dos padrões estruturantes de organização da experiência patrimonial. Entre estes, destacam-se os suportes técnico e jurídico, como instrumentos privilegiados de estruturação e estabilização. Observa-se então como se constitui uma fundamentação positiva do campo do património através do Direito, passando-se em seguida a uma resenha histórica do que se passou, nesta perspectiva, em Portugal. O modo constitutivo e técnico como o Direito é aplicado ao património, os momentos em que é evocado e os procedimentos que implica, são a seguir observados, em particular através das suas práticas de classificação. Expõe-se aqui um universo razoavelmente estabilizado por uma racionalidade "programante" e "reificante", totalmente limpa de qualquer forma de manifestação não positiva ou integrada, originando, quando não a marginalização, pelo menos a colocação localizada dos campos mais propícios ao desenvolvimento de dinâmicas de encantamento e rentabilização simbólica — o caso do *património*.

Sobre o agenciamento e emergência das instituições administradoras do património, são feitas algumas considerações acerca do carácter espectacularizante em que se banha toda a esfera da cultura, e o modo como o campo político alimenta e se alimenta dessa forma de visibilidade e exposição; a relação de concomitância que aí se cruza e suporta também o nascimento dos museus, arquivos e formas gerais de institucionalização patrimonial. É este o percurso que se segue, na observação do processo de institucionalização da experiência patrimonial através da constituição de uma

rede positiva. Dá-se, depois, uma atenção especial ao caso do cinema e ao arquivo de filmes e imagens em movimento.

Estabilizada a institucionalização, é um imaginário positivo que emerge da produção de todas estas instâncias, imaginário no qual se destaca "a defesa do património" e a sua ideologia como representantes de um **agente ideal** de referência para todo o campo do património e rede institucional.

Num último ponto derivado, é feita uma análise das diferenças e homologias entre *património* e *ecologia*, suas narrativas e manifestações totais/absolutas, seu *arche* e *telos* ao mesmo tempo; uma análise que nos permite clarificar estratégias de acção de campo e situar a sua articulação no social.

Neste capítulo percorremos, com alguma extensão, não só as condições de emergência da experiência patrimonial como os modos da sua estabilização, institucionalização, e positividade a vários níveis — das formas de racionalização à constituição de um imaginário positivo, suporte de uma ideologia patrimonial.

Até aqui, o nosso trabalho tem-se pautado essencialmente pela **exposição e análise do constituído**, assim como dos seus fundamentos expressos e latentes. Com esta base melhor recortada e conhecida passamos, no capítulo que se segue, ao que se poderia denominar uma segunda parte mais analítica mas, essencialmente operativa. Numa perspectiva pragmática vamos então tentar destacar os **modos de articulação de esferas e campos de acção com que o campo do património se cruza**; a forma como veste de tons diferentes a experiência patrimonial que legitima, conforme as diferentes esferas de acção que intersecta. O trabalho que se segue só é possível articulado sobre o suporte conceptual da **mediação** — forma de entendimento privilegiada da acção e dinâmicas dos campos que, logo de início, começamos por definir.

Capítulo IV — As formas de mediação entre esferas de acção social

1. Introdução
2. Noção da **presença do medium** e necessidade de observação da sua performance;
 - 2.1 A Razão Mediática; processos e formas de mediação geral;
 - 2.2 A Razão Mediática — o medium *linguagem*;
 - 2.2.1. Os media de difusão;
 - 2.3 Operacionalidades diferentes, processos diferentes, diferentes formas de mediação;
3. O modelo mediático da acção patrimonial;
 - 3.1 A lógica de operação do modelo patrimonial;

3.2 Origem das tensões entre a lógica do modelo patrimonial e o contexto das outras lógicas;

4. Tensão entre esferas — a dominância da esfera económica e a eficiência da mediática;

5 Conclusão;

No capítulo anterior foram explicitadas diversas formas de estabilização da experiência patrimonial, e observadas algumas particularidades da sua forma de ocorrência fora da racionalidade oficialmente instituída. Observámos como se constitui toda a organização "encantatória" do imaginário simbólico e outras formas de compensação da aridez e automatização relacional, características da racionalidade Moderna.

Neste capítulo tentamos destacar os modos de articulação de esferas e campos de acção com que o campo do património se cruza; a **forma como veste de tons diferentes a experiência patrimonial que legitima, conforme as diferentes esferas de acção que intersecta**. O trabalho que se segue só é possível articulado sobre o suporte conceptual da **mediação** — forma de entendimento privilegiada da acção e dinâmicas dos campos.

De início começamos por fazer notar a presença do *medium* e a necessidade de observação da sua performance, desde o ponto de vista da filosofia, aos modos mais concretos e contemporâneos de entender a sua articulação. No ponto a seguir observamos, em síntese, os processos e formas de mediação em geral que se podem constituir naquilo a que denominamos uma *razão mediática*. Nesta, especifica-se melhor a noção de **mediação** com que estamos a lidar e as características dos "aparelhos" e dispositivos envolvidos neste processo e forma de perspectivar a acção. A «linguagem» é o geral e original *medium* por excelência, e a ela consagramos um ponto em que observamos a sua forma de mediação para a utilizarmos como referência nos outros géneros de *media* a abordar. Conclui-se deste ponto, entre outras coisas, da existência de um determinismo de origem no emprego de qualquer linguagem, determinismo inerente ao modo como o medium enforma o sentido e determina as suas direcções num campo finito de movimentos. Essa determinação inerente à forma é partilhada pelos *media* de difusão, os campos que os configuram e determinam. É necessário então produzir um modelo mais esquemático da articulação geral de esferas e campos de acção, no modo como agenciam os diversos dispositivos e operadores colocados no terreno; como evoluem segundo lógicas de acção específicas; como se cruzam e que efeitos produz o cruzamento destas lógicas o mais das vezes díspares. Observada esta esquematização que nos

oferece, ainda que heurísticamente, alguma visibilidade sobre um universo complexo e aparentemente indeterminado, podemos passar a um modelo mais específico das formas de mediação inerentes ao campo patrimonial e sua lógica de acção, o modo como é obrigado a negociar o cruzamento da sua lógica com a de outros campos para atingir o seu objectivo que é a produção de reserva patrimonial. Isto só é hoje conseguido:

1º- Tentando captar a atenção dos *media* para o foco dos seus interesses;

2º- Persuadindo o "espaço público" *vulgo* "opinião pública" da nobreza dos seus intentos;

3º- Uma vez adquirida essa "força pública" com o auxílio dos *media*, iniciando os procedimentos politico-burocráticos para o sancionamento e produção jurídica por parte do campo político.

Este, um processo hoje mais complexo que, ainda não há muitos anos, se centrava no terceiro ponto, sendo os dois primeiros percorridos muito mais inspidamente.

Dados os cruzamentos que a lógica patrimonial tem de encetar para atingir o seu objectivo, observam-se tensões em todos esses pontos em que o modelo patrimonial, mais ortodoxo, é obrigado a fazer cedências, ou então a perder definitivamente em benefício de lógicas hoje dominantes como as da esfera económica e da mediática. Observa-se por isso, analiticamente, a tensão que o campo patrimonial produz no cruzamento com a esfera económica e com a mediática, devido ao seu modelo "reservista" (para a produção de reserva patrimonial) de acção. Um modelo conflitual com o económico, que tudo absorve e dissolve, como com o mediático que, do seu ponto de vista, tudo expõe e, por isso, não só desgasta (em termos de imagem), como o sujeita aos perigos do desejo privado.

Neste trabalho, para observarmos eventuais contradições e modos de operacionalização de formas de mediação diferentes, foi necessário defini-las e esquematizar as suas formas de procedimento. Para tal cedemos, por motivos heurísticos, a alguma simplificação:

— Produzimos um esquema, em volta dos eixos operatórios de mediação de esferas¹⁰ diferentes, de modo

a destacar as suas formas próprias de acção e mediação; os pontos e linhas de cruzamento entre esferas de acção;

— Fazemos uma decantação/destilação destas formas de modo a encontrar as dominantes que afectam e se cruzam no modelo patrimonial.

Em primeiro lugar, definimos quatro esferas de mediação dominadas por suportes diferentes e lógicas diferentes de operacionalização. Parte-se do princípio que, imanente a estas esferas existe uma estratégia de domínio — no sentido de vontade de alcance e controlo de um território de acção social — que pode não ser imediatamente manifesta, mas agenciada pelas próprias formas específicas de mediação.

O modo como estas formas de mediação se tornam visíveis ocorre aquando de qualquer actualização; quando ocorrem transacções em que é possível observar a dominância da qualidade (lógica transaccional) dos interesses das partes. Por exemplo, Marco Bianchini estabelece três esferas de acção social, a partir da morfologia das permutas: a da satisfação das necessidades fundamentais (área da continuidade), a da satisfação das necessidades superiores (área do potenciamento social) e a área das acções de mercado (zona do potenciamento individual).

Sendo interessante este recorte, ele é observado de um ponto de vista teleológico — relativo aos objectivos últimos da transacção. Ora isto é demasiado problemático porque implica a indexação de vontades e finalidades aos actos de permuta. Mesmo circunscritas ao campo em que se instalam, é muito difícil estatuir essas vontades e finalidades no momento da actualização dada, precisamente, a potencialidade instrumental de qualquer bem-de-valor. Por isto, todo o nosso trabalho se processa em volta da mediação, no privilégio da atenção à sua lógica operacional específica, a partir da qual vai sendo ainda possível encontrar uma determinação.

Comentando um texto de Momigliano,¹¹ Bianchini refere as sociedades que se vão complexificando e diferenciando, mais desenvolvidas no campo tecnológico, "produzem, na mesma época, dois poderosos instrumentos de ordenamento e de orientação: um, a verdade, operante no interior da sociedade; o outro, a

«indépendamment des consciences et des volontés individuelles». Une sphère a une autonomie forte. Et de l'autre, elle oblige à globaliser notre perception en réintégrant tel ou tel appareillage dans un paysage d'ensemble."

"Carte d'identité", "I. Pour une Médiologie", *Manifestes Médiologiques*, Debray, R., ed. Gallimard, Paris, 1994, p. 47-48.

¹¹*Alien Wisdom. The Limits of Hellenization*, Momigliano, A., ed. Cambridge Un. Press, London, 1975.

¹⁰Sem querer complexificar, achamos útil a introdução do conceito "esfera", emprestado a Debray que define a «mediaesfera», pela demarcação não só morfológica como territorial que opera no reconhecimento de transacções e tensões entre formas de mediação. "...«sphère» et «champs» ne sont pas exclusifs, mais la première englobe les seconds. Elle suggère l'interdépendance des éléments et la dépendance par inclusion. D'une part, nous sommes asservis à une médiasphère (et non à un champ) par le seul fait d'être dedans, assujétis à un système de contraintes existant

moeda, no exterior. Um destinado a reforçar a solidez de corpos políticos territorialmente muito vastos, o outro capaz de tornar fluidas as trocas comerciais entre esses mesmos corpos políticos, no âmbito de uma reciprocidade equilibrada ou negativa. Ambos instrumentos convencionais que, uma vez integrados nos costumes de um povo, regulam as suas acções sem a necessidade de intervenção directa e personalizada dos mentores da ordem."¹²

Neste caso em que Bianchini faz articular os eixos «verdade» e «moeda», encontram-se aí propriedades sinérgicas. Enquanto a «verdade» observa uma lógica holista e de união, a «moeda» segmenta e divide; enquanto esta cria riqueza, a primeira, sacrifica. Até certo ponto, elas representam nesta dimensão transaccional, ora a vantagem da relação entre os sujeitos uns com os outros, ora a vantagem da relação dos sujeitos com a mercadoria. O problema é que a ocultação/submissão de um destes três elementos — sujeito, mercadoria e outro — tem o seu preço. Quando a moeda, dentro da lógica mercantil, se sobrepõe às diversas lógicas que superintendem as diversas fontes de produção de bens-de-valor (dimensionalmente mais localizadas em campos), quando tudo se torna passível de ser indexado a um valor comercial, é natural que "se tenham quase imediatamente erguido barreiras normativas à sua penetração em âmbitos como a reprodução biológica, a educação, a política, a religião, a ciência e a arte, ou seja, nos centros de funcionamento anteriores a ela (moeda)."¹³

Também estes dois eixos acima destacados — «verdade» e «moeda» (dinheiro) — se cruzam hoje, de modo mais complexo, com outros eixos, então constituídos a partir de outras esferas com lógicas operacionais diferentes.

a) A esfera do poder político e instituído — organizado segundo uma operacionalidade logográfica e discursiva, que assenta a sua força de alcance na mediação da retórica discursiva, e a sua força de manutenção do domínio, na capacidade representacional e aparelhamento operacional do discurso da lei. Mediando, estão aqui todas as capacidades de operacionalizar a decisão através da representação — uma forma mais complexa de "delegação" — que no regime democrático assenta na vontade e poder da maioria. Inclui-se aqui todo o aparelho de Estado e instituições zeladoras do cumprimento dessa capacidade representacional da lei. Uma lógica assente no cumprimento da decisão da lei determinada pela maioria

que constitui — elege e delega o poder — num governo administrador da sua vontade.

Historica e pragmaticamente é uma esfera de acção ainda operacionalizada de modo tradicional, segundo o modelo grego e romano

b) A esfera do capital económico, articulada em volta do poder do dinheiro, — organizada segundo uma lógica do rendimento, isto é, da reprodução do capital. Uma lógica relativamente simples, em relação às outras, que assenta o seu alcance na aceleração dos circuitos de produção-consumo para o elevar dos efeitos de rendimento. Esta operacionalidade e valor são directamente aferíveis pela capacidade de reprodução e moção (pôr em movimento) do dinheiro.

É uma lógica tipicamente da Modernidade, pós-medieval, de superfície mutante, que tem atravessado nervosamente os tempos adquirindo todo o género de feições.

c) A esfera geral da cultura, normalmente actualizada/dominada por uma esfera dominante — actualmente organizada em volta das diversas formas de visibilidade/visibilização de tudo o que é passível de ser exposto e sentido, significável; funcionando segundo uma lógica da exposição e da influência pela força de afecção da imagem, da "prisão" e reverência às experiências e objectos expostos. Uma lógica em que o valor se destaca e reproduz na ordem dessa afecção e relação de reverência. Hoje, claramente dominada pelos media imagéticos, especializados nessa forma de mediação; como o denomina Régis Debray, uma Videosfera.¹⁴

Histórica e pragmaticamente é a esfera de acção mais actual. Operacionalizada a partir de uma estetização da experiência articula, paradoxalmente, os seus modos de produção do valor e legitimação pela defesa da não-mediação, do imediato, do intuitivo, da condição infável da experiência dos sujeitos.

d) A esfera da Ciência, vocacionada para a produção do saber novo, e organizada em volta dos diversos modelos de produção desse saber, tendo sempre (no tempo) um como dominante. Os eixos operatórios que articula, fazem gravitar a sua produção não só na orientação para a descoberta, como no grande esforço de manutenção do seu grande efeito de sustentação — a confiança nos sistemas periciais aí produzidos. Esta é a confiança que fornece segurança às outras esferas que com esta se cruzam e auxiliam a produção da sua legitimidade.

e) O campo da técnica, que se pode observar como subsidiário da ciência, no que respeita às suas formas de

¹²"Permuta", Bianchini, M., *Enciclopédia Einaudi*, n.º 28, ed. INCM, Lisboa, 1995, p. 224.

¹³ibidem, "Permuta", Bianchini, M., *Enciclopédia Einaudi*, n.º 28, ed. INCM, Lisboa, 1995, p. 226.

¹⁴Ver "Qu'est-ce qu'une médiasphère", *Manifestes Médiologiques*, Debray, R., ed. Gallimard, Paris, 1994, p. 40

operação. Organiza-se em volta do crescimento da **capacidade instrumental** que consegue produzir, e tem uma estratégia de estabilização nitidamente invasiva de todas as esferas do quotidiano.

Em termos mais esquemáticos, resultaria algo assim:

Media Gerais	Poder (Logosfera)	Cultura (Videosfera)	Economia	Ciência	Técnica
Suportes da Mediação	Retórica discursiva Representação Delegação + Lei	Visibilidade Exposição	Dinheiro	Verdade	Eficácia Instrumental
Aparelhos e Dispositivos Operadores	Democracia + Eleições	Contaminação	Valor Económico	Produção de Sistemas Periciais	Delegação do trabalho à Máquina Automatização Conforto
Efeitos	Agenciamento da Decisão + Cumprimento	Ligação Afecção	Produção de Rendimento	Produção de Confiança no Sistema Pericial	Desterritorialização Fragmentação; Desemprego estrutural; Aumento do conforto.
Lógica Operacional	Controlo das formas de eleição de representantes e do exercício dessa representação	Multiplicação das formas de produção de visibilidade e captação da atenção	Aceleração do Circuito de Produção-Consumo de Mercadorias	Aceleração da Investigação Científica Produção da Descoberta	Lógica Algorítmica
Estratégia de Estabilização	Manutenção das Instâncias de Mediação do Poder por via da representatividade	Manutenção da rede de terminais de televisão; produção + consumo	Controlo das formas de reprodução do dinheiro	Controlo das formas de produção da confiança e crédito do sistema	Aceleração da cobertura instrumental das actividades Humanas

Torna-se assim possível observar, neste esquema, os eixos lógicos de operacionalidade de cada esfera de acção. Podemos igualmente ensaiar uma prospecção do modo como cada esfera organiza campos legitimados de relação forte e coesa para o cruzamento das outras esferas. Poderíamos enumerar os casos mais claros destes cruzamentos, para exemplificar a operacionalidade heurística deste esquema mas, tal parece-nos desnecessário, tal a força da sua evidência. Guardamos as mostras exemplares para os cruzamentos que envolvem, de uma maneira ou de outra, o *património*.

Observando estas quatro esferas de acção, a partir dos seus operadores centrais, destaca-se a polarização das suas formas de mediação, operacionalmente assim conceptualizáveis;

a) Mediação do agir político tradicionalmente agenciado pelo modelo da **delegação/representação** (desse poder de decisão e acção); é a forma de mediação mais cristalizada porque não se cruza com as outras sem prescindir do uniforme institucional — político-instituído ou ideológico;

b) Mediação do agir capitalista agenciado pelo modelo do rendimento e da reprodução do capital. Como formas preponderantes, cruza todos os territórios — formas de **investimento** — que se mostrem férteis à operacionalização dessa reprodução;

c) Mediação do agir cultural agenciado pela **visibilidade** e **contaminação** afectiva, tendo como formas preponderantes, a **exposição**, o **espectáculo** e a **dramatização**. Tende a superar a capacidade invasiva do capital, à medida que se reproduzem os dispositivos de visibilização social.

d) Mediação do agir científico agenciado pela verdade do campo que sustenta os vários sistemas periciais. Participa e intersecta todas as outras esferas através desse eixo da pericialidade que sustenta as estruturas de legitimação de quase todos os outros.

3.1 A lógica de operação do modelo patrimonial;

Quando se pensam os diversos efeitos de dinâmica simbólica e valoração a que se sujeita a panóplia dos objectos patrimoniais, não é possível aceitar que todos os efeitos de valoração tenham sido premeditadamente orquestrados com um determinado objectivo por uma fonte localizada no espaço e no tempo. Este determinismo, que ainda vigora nalgumas ortodoxias mais positivistas, é desfeito por qualquer ensaio ou "experiência laboratorial" que ensaie uma destas acções,

ou tão só se limite a acompanhar uma acção concreta. Queremos com isto destacar o papel mercadológico que a etiqueta "património" desempenha, aos mais diversos níveis, a partir do momento em que é "colada" no objecto, o mesmo é dizer, quando o objecto entra no campo e é investido da sua rede de relações e referências. Por vezes, até antes de propriamente entrar no campo, logo no momento em que se revela como potencial candidato a uma etiqueta de **patrimonialidade**. Afinal, um conjunto de efeitos observáveis, dentro ou fora do mercado de bens patrimonializáveis, mas todos inerentes à morfologia simbólica, à capacidade extensional e reprodutiva que o conceito de patrimonialidade pode encerrar.

O problema é que no mesmo universo de bens simbólicos, co-existem duas lógicas que, quando se cruzam, se podem revelar **antitéticas**. Acabam por ser dois modos de produção e circulação de bens governados por lógicas de programação inversa.

1) Por um lado, a lógica comum de mercado que cobre a generalidade das indústrias culturais e artísticas e afecta a generalidade dos bens assim produzidos e difundidos. Esta uma **lógica industrial e comercial** com obediência aos grandes polos de consumo e difusão dos produtos, orientada para o rendimento e o sucesso económico imediato. Uma lógica que mede a sua realização, por exemplo, no caso do objecto-filme, pelo número de espectadores; no caso do objecto-videograma pelos níveis de audiência ou videocassettes vendidas; no caso do livro, pelo número de tiragens esgotadas, etc.

2) Por outro lado, a lógica patrimonial¹⁵ que, se observarmos a lógica anterior como padrão, é uma lógica anti-económica, assente na negação do lucro, na extracção do objecto da rede de relações que o podem objectivar num valor-de-troca. Esta é uma lógica que privilegia todos os factores intervenientes na produção do objecto, em particular os factores que constituíram a forma de autonomização do objecto como valioso dentro do seu campo de reconhecimento; factores que se fundem na acumulação de um capital simbólico de médio-longo prazo fundado precisamente na diferença e na resistência à consumação como objecto consumível e aferível por capital financeiro. Uma **lógica da singularidade do objecto** por contraposição a uma lógica da multiplicação do mesmo objecto.

O que nos interessa observar é o modo como estas lógicas se atravessam e por vezes têm mesmo dificuldade em se articular na mesma esfera de acção quando acontece a necessidade do seu cruzamento.

¹⁵Que podemos aqui identificar a uma lógica de valor-de-culto.

A ideia de "bem escasso" está presente em todo o objecto circunscrito ao campo patrimonial, determinando em boa parte a sua aura patrimonial numa sociedade em que tal faz sentido precisamente porque a *ratio* industrial pressupõe uma relação oferta/procura que distribui o valor de uma determinada maneira.

De algum modo, as organizações de produção cultural são sempre localizadas/especializadas, — sub-culturas ou domínios da arte — fontes de novas ideias, das quais apenas algumas chegam à grande arena cultural, que passa necessariamente pelos media. Esta arena tem, nas últimas décadas, sofrido grandes transformações inerentes ao investimento tecnológico e tecnicista — para aludir às suas práticas — que alteraram completamente as lógicas da anterior produção de artefactos, mesmo os mais mediáticos.¹⁶ A produção a todos os níveis, mais ou menos inseridos nas indústrias culturais, é uma actividade social obrigada a ter em conta o investimento tecnicista que lhe permite aparecer e expôr-se.¹⁷

¹⁶Fred Inglis mostra bem, nesta síntese adorniana, a transmutação que o suporte da racionalidade operou em direcção à tecnicidade e ao modo como a própria racionalidade se isolou no seu tecnicismo. "Art, classically the home of a passionate striving for transcendence, has been coarsened and setened by the cultural industries until it has passed almost irrevocably into kitsch.(...)The agent of this deadly process is what Max Weber named Zweckrationalitat, which translates clumsily as goal-rationality.(...) Reason is now a strictly formal process with none of its previous links to virtue, moderation or justice. It simply reports on the most efficient means to a given end (Zweck). The insatiable demands of capitalism for effective production in order to saturate every market at the appropriately measured level of satisfaction turn praxis (craft) and poesis (art) into technique. Technique is bereft of human agency. Technique may be taught as a disembodied process;(...) Thus judgement, apprenticeship, experience, art and craft are all eradicated. Technical reason, controlling technology, has reduced the beautiful world of making and thinking, creating and criticizing, to the flow-chart." *The Dialectic of Modernity and the Gloomy Sciences*, Fred Inglis, Cultural Studies, ed. Blackwell, Oxford, 1993, p.114. -

¹⁷Neste contexto, o criador tem ainda que permanentemente procurar o trabalho de outros criadores para validar as suas próprias concepções estéticas e políticas. Desaparecem os termos "alta cultura" e "cultura popular"; é mais adequado pensar em termos de uma cultura produzida pelas indústrias nacionais de cultura, e outra pelas sub-culturas urbanas. As culturas centrais atraem todo o tipo de públicos, enquanto as audiências das culturas periféricas são segmentadas mais em termos de maneiras-de-estar na vida ("lifestyle") do que por classe social.

Acontece que existe uma **tensão** continua entre a tendência dos media nucleares para dominarem todo o sistema e a proliferação permanente de novas organizações culturais em domínios periféricos. À medida que as organizações centrais se juntam/fundem tomando-se conglomerados gigantescos, a ameaça de hegemonia, a imposição de uma perspectiva do mundo e da sociedade por uma elite tende a ser inevitável. No entanto, as subculturas periféricas e urbanas tendem a expandir-se, assim como os diferentes estilos de vida, num processo que pode descrever-se como uma "hipersegmentação" das sociedades modernas. No entanto, tende a manter-se vigente esse "paradigma da cultura mediática", ironicamente também chamada "mediana", que os media centrais monopolizam, incluindo ou excluindo produtos mediante uma escolha que obedece a determinantes que dimanam do tecido social mas estão, essencialmente, ligadas à capacidade de "preensão" dos públicos — os sacro-santos níveis de **audiência**; a desenfreada competição entre os media pelo espaço na atenção das audiências.

Walter Benjamin observou bem o nascimento deste processo em que a disseminação em grande escala implicaria a descontextualização dos conteúdos e, no processo, perdendo-se a sua "aura"¹⁸. São perdidos os referentes específicos do poder simbólico do produto; ganha-se, eventualmente, a força do tempo de exposição (hoje mais valiosa). Há a perda do sentido original e a emergência e aquisição de novas conotações, — "suitable connotations" —, as conotações apropriadas.

Walter Benjamin volta aqui a ser ponto charmeira pelo modo como mostrou o inevitável **declínio da aura**, pelo menos no modo como é tradicionalmente percebida, com génese nas práticas de reverência ritual que se instalam em volta do objecto que logo as reifica em representações de valor.; na instalação de uma "lonjura"

Esta observação crítica de Eduarda Dionísio sobre a recente Cultura Portuguesa, pode ajudar: "Lembrar isto desfaz completamente a ideia que se quer dar de que agora é que se fazem imensas coisas, é que se vão ver as exposições e os espectáculos, agora é que há cultura. Não há porque se calhar também não pode haver. O que pode é haver mais ou menos criadores e consumidores interessados nas questões da cultura.(...) Agora limitam-se a receber uns acontecimentos que gestores culturais lhes preparam..." LER, N°26, ed. Círculo de Leitores, Lisboa 1994, p.68

¹⁸"...o que murcha na era da reprodutibilidade da obra de arte é a sua aura." p.79

Ainda no espaço da recepção, Benjamin define dois valores polares: o valor de culto e o valor de exposição da obra de arte. Ver p. 84-85, de "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Walter Benjamin, ed. Relógio D'Água, Lisboa, 1992

que se pode configurar mesmo numa proxémica modelizada pela ritualidade específica do objecto aureolado. "Definimos esta última (o conceito de aura para objectos naturais) como manifestação única de uma **lonjura**, por muito próxima que esteja. ()Cada dia se torna mais imperiosa a necessidade de dominar o objecto fazendo-o mais próximo na imagem, ou melhor, na cópia, na reprodução"¹⁹.

Assim se destacam duas noções que se sobrepõem e mudam o sentido mais objectificado de experiência que até agora se observa no quotidiano; são as noções de **reproduzibilidade** (técnica) e **acessibilidade**. Ambas têm que ser "mostradas" por serem polos de tensão para o modelo patrimonial — porque estão *do outro lado* — para o entendimento dos eixos em que o campo patrimonial articula a fundamentação dos seus cuidados e objectivos. Nestes, encontramos três referências gerais, presentes no ambiente que envolve os objectos patrimoniais, assim designados porque em volta deles se conduzem práticas patrimoniais; são, especialmente:

Os sentidos de **autenticidade**; de **propriedade** (comum); e de (vontade de) **perduração**. Em termos sintéticos, todos estão dependentes uns dos outros para produzirem sentido: a **autenticidade** tem a sua génese na singularidade do objecto, adquirida historicamente através de **práticas de reverência** ao sentido simbólico do objecto²⁰, produzindo valor, excedentes de sentido simbólicos e polaridades semânticas cruzadas no objecto até mesmo a partir de outros campos. Aplicada a racionalidade Moderna, articulada sobre a gestão otimizada do bem comum pelo Estado, o bem/objecto

¹⁹cont. "(...) Retirar o invólucro a um objecto, destroçar a sua aura, são características de uma percepção cujo "sentido para o semelhante no mundo" se desenvolveu de tal forma que, através da reprodução, também o capta no fenómeno único." (...)nota 1 "A definição de aura como "a manifestação única de uma lonjura, por mais próxima que esteja" mais não representa do que a formulação do valor de culto da obra de arte, em categorias de percepção espacial e temporal. Lonjura é o oposto de proximidade. A lonjura essencial é a inacessível. De facto a inacessibilidade é uma qualidade primordial da imagem de culto...A proximidade propiciada pela sua matéria não afecta a lonjura que mantém depois da sua manifestação." *A Obra de Arte na Era da sua Reproduzibilidade Técnica*, Benjamin, W., ed. Rel. d'Água, Lisboa, 1992, p.81,82.

²⁰"...o valor singular da obra de arte «auténtica» tem o seu fundamento no ritual em que adquiriu o seu valor de uso original e primeiro. Este, independentemente de como seja transmitido, mantém-se reconhecível, mesmo nas formas mais profanas do culto da beleza, enquanto ritual secularizado." *ibid.* *A Obra de Arte na Era da sua Reproduzibilidade Técnica*, p.82

valorizado, é declarado propriedade colectiva, bem de interesse público. O que acontece é uma conversão²¹, que apenas altera o estatuto legal do bem, com dois objectivos supremos:

a) Permitir a fruição da comunidade, em contraposição à anterior propriedade privada, bloqueante dessa fruição;

b) Permitir a perduração do bem, dada a iminência de degradação que paira sobre todos os bens potencialmente desprovidos de manutenção e cuidados de preservação, algo que não é garantido pela propriedade privada do ponto de vista do modelo patrimonial.

Theodor Adorno explicita bem o que aqui estamos a tentar "desocultar" relativamente à questão da autenticidade e do valor que em volta da sua aura se gera: "The discovery of genuineness as a last bulwark of individualistic ethics is a reflection of industrial mass-production. Only when countless standardized commodities project, for the sake of profit, the illusion of being unique, does the idea take shape, as their antithesis yet in keeping with the same criteria, that the **non-reproducible** is the truly genuine. Previously, the question of **authenticity** was doubtless as little asked of intellectual products as that of **originality**, a concept unknown in Bach's era...The unguineness of the **genuine** stems from its need to claim, in a **society dominated by exchange**, to be what it stands for yet is never able to be."²² Todas as expressões que se destacam, foram já aqui de algum modo abordadas pela sua relevância na constituição dos valores em volta dos quais se faz gravitar a **reverência** dentro do campo. Mas não podemos fircar-nos apenas pela característica industrial da produção a motivar essas formas de valoração que se vieram depois a estabilizar pelos dispositivos institucionais.

O que temos vindo a tratar desde o início deste ponto, acaba por se acantonar, do ponto de vista deste modelo, sempre em volta da **fisicalidade do bem** e das formas de o fazer perdurar. Isto começa com a problematização das operações de restauro²³ e passa hoje pelo enquadramento e alterações que provocam as novas

²¹Mais à frente, no Capítulo V 6.1 "A emergência de formas de conversão de bens-de-valor. A operacionalidade da conversão entre campos" veremos, com mais pormenor, como se opera esta conversão geral.

²²*Minima Moralia*, Adorno, T., ed. Verso/New Left Books, London, p.155

²³Ver, à frente, no Capítulo VI, o ponto 2. Tratar a matéria e o corpo do monumento Conservação, restauro e reconstrução.

possibilidades de reprodução/réplica que dissolvem os fundamentos, pelo menos, da singularidade física do objecto/bem patrimonial. Com isto, o problema da reprodução/replicação, bastante debatido em amplas frentes nestes dois últimos séculos, ocupa-nos aqui pela sua relação com a capacidade tecnológica que se manifesta nesse sentido.²⁴

Mas se este problema for pensado nos seus fundamentos, isto é, se devido à evolução ocorrida admitirmos que a experiência contemporânea deixa muito pouco espaço à relação com o património em termos tradicionais e institucionalizados, então tudo se modifica. A própria cruzada pela perduração — independentemente das alternativas tecnológicas — pode deixar de fazer sentido. A heresia em que esta afirmação se pode constituir, revela bem a fixidez de clausura que suporta toda a orientação do campo e o articula e coloca frente às outras forças no espaço público. Tudo depende do eixo que é determinado como essencial na articulação da experiência, e que é sempre visto como dependente da sobrevivência física do objecto singular. Vattimo, por exemplo, interpretando Heidegger, critica precisamente esta questão. Ele afirma a deslocação do eixo primordial da obra, a singularidade que desaparece com a sua aura "a favor de um conjunto de produtos relativamente fungíveis, mas de valor análogo. (...) aí onde fala da terra (Heidegger) no tempo grego como o seu ser em relação ao suceder das estações, à **corrupção natural dos materiais**, etc, e nas páginas em que fala do conflito entre mundo e terra, (...) a terra é a dimensão que, na obra, religa o mundo (...) ao seu outro que é a *physis*, (...) O outro do mundo, a terra, não é o que dura, mas o oposto, o que aparece como o que sempre se retrai numa «naturalidade» que comporta *Zeitigen*, o nascer e o maturar, trazendo no rosto os sinais do tempo. (...)

²⁴Num ensaio de síntese em que mostra as formas de estabilização e legitimação cultural da nova ordem tecnológica, Timothy Druckrey exprime, assim, esta questão: "The entire rationale of technology suspends the instrumentality of nature and serves to demonstrate de instrumentality of technology. Accomplishment, experience, and authenticity play little role in the inexorable development of the mechanisms of technology."

"Introduction" to *Culture on the Brink: ideologies of technology*, Bender, G. + Druckrey, T., ed. Bay Press, Seattle, 1994, p.4

Em termos mais apocalípticos e denunciado outros medos, Donna Haraway, avisa... "Late twentieth-century machines have made thoroughly ambiguous the difference between the natural and the artificial, mind and body, self-developing and externally designed... Our Machines are disturbingly lively, and we ourselves frightheningly inert".

"A Manifesto for Cyborgs", Haraway, D., in *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*, ed. Routledge, N.Y., 1991, p.152.

Todas as dificuldades que a estética filosófica encontra ao dar conta da experiência do ocaso da arte, da fruição distraída, da cultura massificada, nascem do facto de que esta continua a pensar em termos da obra como forma tendencialmente eterna, e no fundo, em termos de ser como permanência, imponência, força.²⁵ Neste sentido, se quisermos (à sombra de Heidegger) interpretar a obra como *Streit* entre mundo e terra, teremos que nos demarcar da concepção clássica de monumentalidade. Aqui, a monumentalidade da obra expressar-se-ia na sua parte residual do corpo morto que resta depois da sua temporalidade de vida autêntica. "O monumento é, antes, o que perdura na forma, já projectada como tal, da máscara fúnebre.(...) O monumento-fórmula é construído não para «desafiar» o tempo, impondo-se contra ele e apesar dele, mas para durar no tempo"²⁶. Isto seria exactamente o oposto da concepção evenemencial que Heidegger propõe ao recusar uma ideia metafísica da verdade como estrutura estável, aceitando-a como evento, contingente e diverso, determinante das estruturas ordenadoras da experiência no tempo²⁷.

3.2 Origem das tensões entre a lógica do modelo patrimonial e o contexto das outras lógicas;

²⁵"A obra como pôr-em-obra da verdade, no seu aspecto de exposição de um mundo, é local de exibição e intensificação de pertença ao grupo. (...) a ideia da obra como *Her-Stellung*, da terra, está relacionada quer com a materialidade da obra, quer sobretudo com o facto de, em virtude desta materialidade (jamais «física»), a obra se dar como algo que se mantém sempre em reserva. A terra, na obra, não é a matéria em sentido estrito, é antes a sua presença como tal, a sua **manifestação pontual** como algo que reclama sempre de novo a atenção..."

"Morte ou Ocaso da Arte", em *O Fim da Modernidade*, Vattimo, G., ed. Presença, Lisboa, 1987, p.54 e p.53.

²⁶"O romper-se da palavra poética", em *O Fim da Modernidade*, Vattimo, G., ed. Presença, Lisboa, 1987, p.62 e p.63.

²⁷Segundo Vattimo, a força desta concepção poderia até dar origem a uma teleologia pré-determinante no momento da produção. "O esforço com que o poeta trabalha a poesia, a burila, a reescreve, não é um esforço pela perfeição da coincidência entre conteúdo e forma, pela *enárgeia* plenamente transparente da obra clássica; é uma espécie de anteposição da erosão essencializante, que o tempo exercita sobre a obra, reduzindo-a a monumento. (...) O que fica são os poetas que o fundam: não tanto «aquilo que dura», ms principalmente enquanto «aquilo que resta»: traços, memória, monumento."

ibid., *O Fim da Modernidade*, p. 64

Se observarmos com atenção diferencial, o modo como o campo (do património) faz articular o seu modelo, observamos então as suas dificuldades e tensões inrentes à sua posição de cruzamento entre lógicas antitéticas. Nenhum campo existe com autonomia total. No campo patrimonial então, as tensões sobre essa vontade de autonomia são esclarecedoras.

Para existir enquanto campo com monopólio de legitimação das acções de conversão patrimonial, o campo tem de estar em estreita relação com o campo político na esfera do poder que promulga a lei que o constitui e reproduz. Por outro lado, com a descida do "espaço público" à *agora* disponibilizada (e controlada) pelos media de difusão, o campo patrimonial, para a consecussão dos seus objectivos, tem de atravessar essa esfera dos vários campos dos media. Como vimos, esta implica uma lógica diferente (da visibilidade — videoesfera da imagem) que obriga o campo a expôr não só a sua vontade travestida de vontade pública, como os objectos que são operacionalizáveis como atractores e facilitadores dessa vontade. A tensão e as contradições observam-se aqui a dois níveis:

a) A exposição através dos media, e a promessa de fruição pública do bem uma vez subtraído ao privado, não só é contraditória em relação à lógica fundamental do campo, como implica custos sacrificiais nunca divulgados; a contradição torna-se visível quando se cruza com qualquer forma de exposição/fruição pública que vá delapidando os objectos;

b) A única instância que, para o campo patrimonial, garante a disponibilidade do bem enquanto bem público, é o Estado. Acontece que o Estado, no seu crescimento, tem vindo a caminhar para a ruptura económica, originada pelo gigantismo dos aparelhos que suporta, agravada pela sua ineficiência. Quando o campo demonstra igual vontade de abranger um universo de objectos cada vez maior, não tem em conta os custos dessa abrangência.

Verificamos assim que, para conseguir os seus objectivos, o campo patrimonial é obrigado a jogar com formas de mediação, algumas delas inclusivamente estranhas ao seu modelo operacional mais ortodoxo. Nesta luta, a esfera que mais aparece como opositora ao campo patrimonial, é a económica, articulada numa lógica do rendimento, oposta à do campo patrimonial que é a do sacrifício²⁸.

²⁸É claro que estamos a utilizar a metáfora do modelo sacrificial da mediação da oferenda a uma entidade divina; algo que, numa relação económica muito própria, pressupõe uma posterior gratificação desse acto. Em termos sociais, Carl Jung colocaria a origem desta forma de acção nas

Se observarmos bem os canais dominantes de acesso aos campos, isto é, de agenciamento dos campos para a produção de decisões favoráveis à sua lógica interna, observamos o seguinte:

a) O acesso do campo económico à esfera do poder e ao campo político faz-se essencialmente através de um operador chamado **desenvolvimento** que, morfológicamente, é consanguíneo de *crescimento* e *rendimento*. Algo que, com ou sem agenciamento do campo económico, é suposto traduzir-se/converter-se, em termos de retórica do campo político, em "bem estar e conforto do cidadão";

b) O acesso do campo patrimonial à esfera do poder e ao campo político faz-se predominantemente através da esfera da ciência onde aloja o seu núcleo, e dos sistemas periciais através dos operadores centrais como "património", "autenticidade", "ameaça de desaparecimento", "valor social", "verdade identitária". Operadores que, uma vez em evolução no campo político são convertíveis, assumem a expressão de "identidade nacional", "riqueza patrimonial", "segurança cultural", "valor (inestimável) cultural", etc.

c) Hoje, o campo patrimonial concorre ainda com outros campos de outras esferas pelo acesso aos media de difusão. Aí, algumas destas lógicas tendem a fundir-se na lógica dos próprios media — a videoesfera dominada pela imagem²⁹. Esta é uma lógica paradoxal de media

estruturas profundas daquilo a que chamou os arquétipos (do inconsciente) colectivos.

²⁹Com a análise da videoesfera, Régis Debray coloca em evidência a desregulamentação do conjunto do dispositivo, perceptível através do novo estatuto da imagem, mas que não mais aparece como tal: a imagem deixa de representar, deixa de significar, não mais se refere ao outro. Entramos então num mundo do visual onde reina a máquina de visão e o seu imaginário aparelhado que reduzem a verdade do real à sua visibilidade. A imagem televisiva não reenvia a mais nada a não ser a si própria; uma vez que é auto-referente, tornou-se ela própria uma divindade. Por isso os intelectuais e os políticos não conseguem conservar o poder a não ser submetendo-se ao jogo de sedução que a televisão exerce sobre os consumidores. Os mestres do visual sabem que não estão ao serviço de um poder superior, e mais não fazem que materializar a lei da selva do mercado. A televisão é primeiro uma máquina económica e não um canal de ideias. A videoesfera destrói o conjunto de dispositivos que funcionou até ao fim dos anos sessenta, uma vez que suprime as mediações, tanto na ordem da representação simbólica como na ordem da delegação do poder. Uma máquina de visão ligada a uma caríssima rede técnica, dissolve-se na imediatez emotiva das imagens.

A superioridade do americanismo sobre todos os outros ismos em circulação, é a de ser suficientemente físico e interactivo para que se não dê por isso. Não é uma doutrina, não é um "parti pris" sobre o mundo, não é uma proposta política ou

que não admite mediação, é imediatista. O que aparece, é. Em contraponto, os media clássicos subsistem numa logofera mais próxima tanto do campo patrimonial como do político. Uma lógica da retórica discursiva na qual vence a verdade que, no presente é, quase automaticamente, equivalente ao que consegue persuadir mais. Se quisermos ser momentaneamente dialéticos, de um lado está o poder da "verdade retórica persuasiva" e a "autoridade pericial"; do outro está a atracção da "presença imediata" e da "afecção imagética".

Por sua vez, a esfera económica que, nestas circunstâncias trabalha nos bastidores da parte oculta do *iceberg*, faz o jogo da conveniência da sua lógica, mesmo quando, temporariamente, alguns actos parecem contradizê-la, como por exemplo:

- financiamentos via mecenato cultural;
- apoio a lógicas políticas divergentes;
- abertura a programas críticos da sua lógica, etc.

Começando pelos proprietários dos próprios media, a omnipresença do económico é tal, o território tão vasto que, no jogo do rendimento e do perde-ganha, a emergência/manipulação do rendimento é sempre articulável por um ponto ou outro; raramente perde.

Em síntese, nesta abordagem só existe sentido e visibilidade se conseguirmos, através do destaque das formas de mediação e suas determinações, encontrar os campos a elas acoplados. Neste espaço complexificado e com vários níveis de fusão e agregação de procedimentos, torna-se encorajante deixar alargar a "caixa negra" e admitir um *melting pot* inabordável cada vez mais vasto. Ora, já mostrámos no início deste capítulo, que se descermos aos procedimentos e instrumentos básicos de mediação, é ainda possível desenredar os fios enovelados.

Assim, na linha que temos vindo a seguir, é possível observar uma imagem operativa no quotidiano talvez

cultural, é a mais forte constelação de emoções colocada à disposição de qualquer adolescente em qualquer canto do mundo.

Com o triunfo da videoesfera, todos os referenciais se dissolvem, mesmo o real se resume ao espelhamento dos ecrãs de TV.

Inferno ou paraíso, temos de viver neste palácio de vidro enfeitado onde o espelho reflecte o espelho e a sombra morde a cauda da sombra. Pode-se ver já aí o efeito perverso causado pelos media sobre eles próprios — escravos do seu domínio in-voluem sobre eles próprios; é a implosão.

Assim, o mundo não mais se representa, torna-se presença sensível imediata: imagem e não mais signo. É o efeito de realidade próprio da imagem televisiva, mais forte que a do cinema. É a servidão, que passou do homem mediatizado para o do imediato."

Traduzido de parte de um artigo de Robert Dumas, saído na CRITIQUE - 1994/5, acerca da obra de Régis Debray

não tão nítida e definida como a que abaixo se mostra, mas próxima na sua dinâmica operacional e transaccional — A relação transaccional entre campos:

Em síntese,

num modelo tridimensional que aqui poderíamos mostrar³⁰, de preferência sob a forma de holograma, observar-se-ia:

- 1- Que os campos se cruzam e se sobrepõem;
- 2- Que a grande missão do campo do património é, ainda hoje, resgatar os bens ao privado para os tornar públicos — a conversão primeira — o que implica resgatar ao económico e às forças de mercado que indexam o valor económico aos bens desejados pelo campo patrimonial;
- 3- Isto não garante que esse investimento de resgate para dentro do campo e do interesse público, não mantenham o crescendo de valor do bem que, por algum acidente, evolução, ou emergência de outra força, não possa vir a retornar ao privado com acrescento de «valor» económico e outros valores agregados;
- 4- Que as relações entre o campo do património e o dos media audiovisuais é incipiente, dada a origem Moderna do campo que se rege ainda por uma racionalidade escritural e logosígnica; por isso,
- 5- a relação entre o campo do património e a imprensa é muito mais próxima e actuante, assim como,
- 6- a relação com o campo político é igualmente privilegiada, não só por ser a que garante a sua sobrevivência, como por ser tradicionalmente a relação de que o campo capitaliza mais em experiência anterior. Apenas os desenvolvimentos mais recentes e a crescente sensibilidade e atenção de todos os campos ao mediático (o político em particular), provocam resistências da parte do político. Estas surgem, particularmente quando o espaço público não está sensibilizado para os intentos do patrimonial e a anuência do político possa vir a causar reveses eleitorais.

De forma mais esquemática ou, por vezes, mais descritiva, foram expostas e analisadas diversas formas de mediação e lógicas de acção inerentes às várias esferas e campos por onde o património evolui. Ficámos com uma perspectiva mais clara e localizada das regras do jogo em que se envolvem estes agentes e as expectativas que da sua configuração geral se podem induzir.

Conhecendo assim melhor a sua forma de acção passamos, no próximo capítulo, a observar mais circunstanciadamente a lógica da racionalidade patrimonial aqui exposta e os modos como faz emergir

³⁰Mas preferimos deixar à livre capacidade imagética do leitor.

«valor» dentro do campo, por contraposição a outras formas de valoração substancialmente diferentes e de origem diversa, — produzidas noutros campos.

Capítulo V — Formas de valoração e conversão de bens patrimoniais;

1 Introdução

2. A metáfora da cultura, suporte para a reificação dos produtos culturais em bens patrimoniais — observação do suporte analógico da cultura;
 - 2.1 A tragédia da Cultura e a autonomia do produzido. A visão pessimista da Cultura;
3. O mercado do consumo cultural — uma forma de mediação dominante;
 - 3.1 Mercadologias — A racionalização mediática do consumo;
 - 3.2 Modos de Distribuição e Acesso — Condicionamentos;
 - 3.3 A Morfologia espectacular da mediação pelo consumo — a evolução/deslize para o novo modelo da visibilidade;
4. Precisão da noção de «valor» e esboço de uma tipologia dos processos de emergência do «valor»; — uma noção de «valor» mais abrangente;
 - 4.1. A «colecção» como operador de valoração;
 - 4.2 O auxílio das estratégias reificantes;
5. O dinheiro como medium axiologizante;
 - 5.1 O dinheiro como mediação pelo consenso à priori acerca das pautas de transacção;
6. Para uma tipologia axial das formas de valoração;
 - 6.1 A emergência de formas de conversão de bens-de-valor. A operacionalidade da conversão entre campos;
7. A produção do «valor» na reconstrução racional do discurso patrimonial;
 - 7.1 A génese do valor a partir das relações do campo patrimonial, com o auxílio da reificação das representações;
 - 7.2 As formas de conversão patrimoniais e o rendimento simbólico;
 - 7.3 A Produção de *aura* e fascínio simbólico;
8. Constelação dos valores polarizados;
 - 8.1 A fragilidade do bem como fundamentação do valor e da protecção da memória: o eixo da preservação/não-preservação;

- 8.2 O eixo do valor-de-antiguidade;
- 8.3 O eixo do valor-de-culto — a mimese da reverência;
- 8.4 O eixo do valor-de-presença; o estar-ali;
- 8.4.1 A presença da imagem; o caso exemplar da fotografia, no trabalho de Bazin;

9 Conclusão

Tinham sido explicitadas diversas formas de estabilização da experiência patrimonial no terceiro capítulo, e observadas algumas particularidades da sua forma de ocorrência fora da racionalidade oficialmente instituída. Observámos depois como se constitui toda a organização "encantatória" do imaginário simbólico e outras formas de compensação da aridez e automatização relacional, características da racionalidade Moderna. No capítulo anterior, com a **mediação como instrumento conceptual**, observámos as formas de articulação das diferentes esferas de acção com que o campo do património se cruza, e os modos de ocorrência desses cruzamentos; as estratégias de legitimação e valoração dos campos que o rodeiam. Precisamos agora de descer aos modos de articulação dessas formas aparentemente marginais de acção "compensadora" e "encantatória" características deste campo. Tentaremos, para isso, fazer emergir um **modelo de génese do valor e de uma economia das formas de valorização das experiências**. Um modelo que se caracterize pela sua **transversalidade morfológica** de modo a permitir recortar os pontos pivot de articulação entre as homologias que se observam na comparação com outros campos e formas de valoração — particularmente no eixo tensional existente entre o económico e o patrimonial.

Finalizámos o capítulo anterior observando precisamente essa tensão que o campo patrimonial produz no cruzamento com a esfera económica e com a mediática, devido ao seu modelo "reservista" (para a produção de reserva patrimonial) de acção. Um modelo conflitual com o económico, que tudo absorve e dissolve, como com o mediático que, do seu ponto de vista, tudo expõe e, por isso, não só desgasta (em termos de imagem), como sujeita aos perigos do desejo. O modelo patrimonial inerente ao campo que o baliza, evolui num contexto de imersão, que aqui podemos denominar **uma morfologia envolvente do cultural-mediático**. É, por isso, importante observar a **metáfora da cultura** como suporte para a reificação dos produtos culturais em bens patrimoniais. Uma observação do suporte analógico da cultura que permita melhor definir o contexto, mesmo que diversificado e complexo, que atravessa o campo do património, constitui boa parte das suas periferias, e afinal determina as suas evoluções e resistências. Um contexto muito mais vasto, com um **percurso** que é importante rastrear, onde é possível observar a

materialização e autonomização de ideias, imagens, conceitos e até, objectos, que acabam por fugir às rédeas dos campos de origem, ensaiando evoluções indeterminadas ou apenas guiadas por forças dos campos dominantes na altura da sua actualização

Importa, por isso, atender às formas de materialização da cultura em que navega o campo patrimonial para percebermos, dentro de uma lógica híbrida e ainda dominada pelo económico e o mediático, como o mercado e o consumo se destacam enquanto operadores centrais dessa materialização. Operadores a que o próprio campo patrimonial tem de ceder alguns princípios de forma a manter a sua capacidade de reprodução; ser consumido é aqui sinónimo de ser mostrado e ser visto. O mercado é um efeito desse consumo, estabilizado pelas estruturas económicas de produção e permuta. É ao cruzar-se com estas esferas, ainda que em processo tensional, que o campo patrimonial recolhe a sua quota do «valor» que se produz e reproduz no espaço público. Este cruzamento acontece então como uma necessidade de aquisição do «valor» produzido na "bolsa" do espaço público. Torna-se assim importante, no nosso trabalho, especificarmos as características e morfologia desse «valor» que nos serve aqui de instrumento para o esboço de uma tipologia axiológica geral e, depois, uma mais específica em que se integre o campo do património. Esta é uma análise que nos leva ao destaque das formas reificantes que emergem para a "lubrificação" da máquina de exposição e consumo sobre a qual emerge o «valor» mais ou menos estabilizado, mais ou menos indexado aos campos de origem. São os efeitos produzidos pela acção de reificação que a racionalidade Moderna proporcionou, assim como a facilitação que um campo de representações reificadas proporciona à constituição do valor a partir da interacção e relação entre representações estabilizadas. É preciso atentar ainda no papel da troca enquanto acção de intercâmbio na génese de um valor supra-campo, indexado a um outro estalão e uma outra racionalidade axiológica com base no valor de troca produzido no cenário do consenso possível e circunstancial do momento e da situação contextual. Pelo papel preponderante e transversal a todos os campos, a moeda/dinheiro enquanto medium axiologizante estudado por Georg Simmel, fornece-nos uma analogia esclarecedora dos modos de formação do valor no campo económico. O dinheiro é um desses "lubrificantes" por excelência, e merece alguma atenção, em particular na referência que é "A Filosofia do Dinheiro" de Simmel, e o modo como nos explicita esses processos de reificação do valor através desta forma de mediação.

No seguimento da tipologia que havia ficado delineada no início do capítulo, ensaiamos então a produção de um modelo das formas de conversão de bens-de-valor entre esferas de acção. Um modelo geral que a seguir tentamos observar na especificidade da acção e

conversão patrimonial. Para isto, começamos por olhar com mais atenção a especificidade da produção do valor adentro da reconstrução racional do discurso patrimonial e formas de racionalização da sua experiência. Aqui tentamos descortinar, colocando sob forma de hipótese, os modos de operacionalização de actos de conversão de representações e valores produzidos no seio da experiência patrimonial. Estes actos, como os objectos que os atraem e polarizam, são investidos de convertibilidade pelas condições de produção e colocação da experiência específica do património face às outras experiências e campos de produção de valor convertível. Isto observa-se na transversalidade em que emerge o «valor» incorporado em diversas categorias agregadas e afectas aos vários campos. Estes valores são aferidos pelo consenso indexado a um mercado contingente e estabilizado por representações de valor produzidas com base na velocidade da troca e na margem de "lucro líquido" de cada acto; no que cada campo, e em particular o patrimonial, consegue converter para fora do seu território de exclusividade, como investimento, na esperança de um retorno maior.

Igualmente no seguimento da tipologia delineada desde o início, procedemos depois à descriminação e análise da constelação de valores polarizados na experiência patrimonial. Valores localizados em eixos de articulação mediados por uma forma específica de atenção e emergência. Começamos pela fragilidade do bem como fundamentação do valor e da protecção da memória: o eixo da preservação/não-preservação na forma central como hoje justifica qualquer intervenção — tudo o que é frágil deve ser preservado por estar condenado a não durar. Passamos pelo valor-de-antiguidade na forma como Riegl o delineou e veio evoluindo até hoje nas práticas concretas. Depois, o valor-de-culto que, através da mimese da reverência e da veneração, se reproduz no campo social das diversas esferas. E, finalmente, o valor-de-presença, levando-nos às considerações ontológicas que nos podem dar a perceber os mais contemporâneos modos de imediatez axiológica, como o são os da imagem, em exemplo abordado a partir do trabalho de André Bazin.

Ensaíamos, neste capítulo, uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do «valor» e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais, em particular. Isto permitiu-nos gizar um modelo de acção e conversão do campo patrimonial, a partir das formas de mediação e valoração das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

No capítulo que se segue passamos, em sequência, a observar a crise de fundamentos de que a emergência do campo é, afinal, já um indício, no modo como se atém ao modelo aqui delineado e aos seus princípios mais ortodoxos, devido essencialmente:

- a) à generalidade das contradições em que o modelo incorre, já expostas nos capítulos anteriores e que, perante os novos contextos, tendem a acentuar-se;
- b) à predominância da lógica mediática que envolve já toda a esfera da Cultura;
- c) aos novos desenvolvimentos tecnológicos que se perfilam e põem em causa boa parte desses princípios, dissolvendo a sua fundamentação.

Capítulo VI

Novas Tecnologias e Modelo Alternativo

1. Introdução
2. Tratar a matéria e o corpo do monumento— Conservação, restauro e reconstrução.
3. A Emergência de novos dispositivos e alteração das formas de manifestação;
 - 3.1 Observação de Casos Nacionais
 - 3.2 As novas tecnologias e o novo contexto tecnológico;
4. O vector do desenvolvimento tecnológico e as incompatibilidades com a ratio moderna ; a luta entre *arche* e *telos* — os paradoxos emergentes;
 - 4.1 A monumentalidade esfumada;
5. Atenção ao novo modelo de sujeito;
6. Culturas e esbatimentos;
7. Preâmbulo de um tempo de crise;
8. Hipótese de construção de um modelo alternativo;
9. Conclusão

No capítulo anterior foram esboçadas uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do «valor» e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais em particular. Isto permitiu-nos gizar um modelo de acção e conversão do campo patrimonial a partir das formas de mediação e valoração das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

Por isso, começamos por destacar a necessidade de repensar as formas de investimento de «valor» no campo patrimonial como, por exemplo, a noção de *monumentalidade* e de *ruína* que nos chegam do séc. XIX. Estas noções têm em si, implicadas, um carácter de imanência sacral do material que as incorpora. Quando se trata a matéria e o corpo do monumento, se procede à conservação e restauro, está-se a tocar o ponto sensível do campo que defende a imanência sacra do material; a manutenção da imagem, do corpo e da aura.

Revelador desta premissa que o campo quer fazer articular em volta da noção de autenticidade, é a imposição da reversibilidade de qualquer intervenção num objecto. Uma (im) posição que acaba por acentuar ainda mais a sacralidade investida no material do medium.

2. Tratar a matéria e o corpo do monumento — práticas problemáticas; conservação, restauro e reconstrução.

Queremos, neste ponto, começar por destacar a necessidade de repensar as formas de investimento de «valor» no campo patrimonial como, por exemplo, a noção de *monumentalidade* e de *ruína* que nos chegam do séc. XIX. Estas noções têm em si, implicadas, um carácter de imanência sacral do material que as incorpora. Em termos praticamente objectivos, esta perspectiva observa a sacralidade, a *aura* do monumento e dos objectos consagrados, investidas e incorporadas até ao último átomo do objecto na sua materialidade. Este pressuposto da imanência do transcendental no objecto material, a incorporação que tal implica, nela assenta boa parte da *ideologia patrimonial* que produz a cruzada contra todas as ameaças de delapidação dos monumentos/objectos constituintes do campo, que no seu conjunto formam o património. Esta noção tem em si implicada, igualmente, uma dialética articulada no tempo, mais propriamente numa noção do tempo enquanto agente natural e delapidante.

Quando se configura o «valor» do monumento e dele se depreende a urgência da sua conservação está-se, de algum modo, já a interferir nesta noção de tempo. Tudo vai depender das decisões sobre os modos de conservar que vão debater-se, essencialmente, entre dois polos:

- 1- manter como está (o que é ainda hoje aplicado ao objecto em estado de *ruína*) ou,
- 2- reconstituir o estado original do objecto, isto é, repôr o que o tempo delapidou.

Ao descrito em 2) dá-se o nome de *restauro*; é sobre isto que nos debruçamos porque nesta operação/intervenção emergem os problemas que se cruzam, irão cruzar com as novas tecnologias e novas soluções ainda há pouco impossíveis.

O restauro, enquanto intervenção destinada a repôr a forma, como todo o corpo e substância degradada do objecto de intervenção, torna-se problemático relativamente aos objectos patrimoniais mais valorizados e sacralizados. Não cobrindo um campo tão alargado como o do património em geral, esta questão

não deixa por isso de articular alguns dos raciocínios que já aqui expusemos.

Como tal, o restauro é, assim, mais visível na sua operacionalidade sobre o que se constitui como obra de arte, e na conceptualização que adquire no cruzamento com a estética. Neste contexto, e enquanto produto da actividade humana, a obra de arte, só o é porque experimenta o reconhecimento enquanto tal, o reconhecimento estético. Para que se mantenha a produção desse reconhecimento no tempo, é necessário que se mantenha o corpo que sustenta a imagem que se oferece à experiência e ao juízo estético. Isto implica então uma dupla exigência: que se mantenham vivas a instância estética — que advém da propriedade artística que consigna o objecto como obra de arte; a instância histórica que referencia a passagem do objecto pelo tempo, o espaço e os sujeitos, até ao presente, igualmente referenciado.³¹

Observamos, assim, a necessidade da sujeição da obra à experiência modelada pela estética, a presença do sujeito reconhecedor e, o que mais nos concerne, a presença/persistência do corpo original da obra experienciada no tempo. "La consistencia física de la obra de arte debe tener necesariamente prioridad, porque representa el lugar mismo de la manifestación de la imagen, (...) y el individuo que goza de aquella revelación inmediata se impone también el imperativo — categórico como imperativo moral — de su conservación."³² Esta conservação é bem restrita à consistência material em que se manifesta a imagem, e deve garantir a maior perdurabilidade possível.

Aparentemente, e como já observámos, trata-se apenas de recuperar o corpo e a imagem do objecto supostamente degradado, de volta à sua aparência³³

³¹"El haber reconocido la restauración en relación directa con el reconocimiento de la obra de arte en cuanto tal, permite ahora dar una definición: *la restauración constituye el momento metodológico del reconocimiento de la obra de arte, en su consistencia física y en su doble polaridad estética e histórica, en orden a su transmisión al futuro.*"

"El Concepto de Restauración", *Teoría de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992, p.15, or. *Teoría del Restauro*, ed. Giulio Einaudi, Torino, 1977

³²ibid "El Concepto de Restauración", *Teoría de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992, p.16

³³Um dos problemas aqui candentes, que já observámos noutras perspectivas e que mais abaixo se volta a reflectir, é se a recuperação se cinge à aparência original ou à fisicalidade original reconposição total da materialidade original do corpo do objecto, o que não é a mesma coisa. As

original. Poder-se-ia, com alguma evidência, sustentar então um axioma simples: *o restauro deve reconduzir a obra à mesma capacidade de ser experienciada que a elevou ao estatuto de obra. Ihe grangeou valor a constituiu como tal*

Ora, trata-se de uma capacidade que certamente se manifestou no tempo e cristalizou na História com uma dinâmica evolutiva mais ou menos acentuada. Se as formas de experiência variam no tempo, então, põe-se a questão, quem elegerá e qual será a forma de experiência eleita que irá determinar os pormenores técnicos do restauro que é suposto ir recuperar essa experiência? Mais, se a única forma de experiência possível for a que modalmente estiver a passar pelo presente, como iremos inscrever a operação de restauro da obra constituída historicamente?³⁴

Esta é uma questão que se coloca na presença de objectos com *curriculum* histórico suficientemente longo e rico, por isso não faltam exemplos:

— Um, clássico, é o da torre de Pisa; se existe capacidade técnica e financeira para a endireitar, porque ainda não o fizeram? Se a podem colocar na vertical, porque é que os interesses mais envolvidos se pronunciam pela "inclinação perpétua"?

Sabemos que as respostas se prendem todas com a característica chave, diferenciadora e identitária deste objecto de património italiano. Independentemente da qualidade estética do edifício, foi a sua lenta inclinação que o destacou do restante património italiano; eliminá-la, é eliminar a característica essencial que atraiu a atenção e orientou a sua experiência patrimonial durante décadas.

O mesmo se passa relativamente a quadros/pinturas com lacunas e manchas de degradação na tela³⁵, o

referências mais ortodoxas pugnam por esta última que, de facto, recompõe todos os pressupostos que enunciamos.

³⁴Este é um problema "complexo" para o qual não existem respostas fáceis. No entanto, Brandi adianta uma resposta, apesar de não o satisfazer: "Era necesario establecer los momentos que caracterizan la inserción de la obra de arte en el tiempo histórico, para poder definir en cuál de estos momentos se pueden producir las condiciones necesarias para esa intervención peculiar que se denomina restauración, y en cuál de ellos es lícita tal intervención." *ibid.* p.20

³⁵"Una laguna, en lo que se refiere a la obra de arte, es una interrupción del tejido figurativo. Pero, contrariamente a lo que se cree, lo más grave respecto a la obra no es tanto lo que falta cuanto aquello que se inserta indebidamente. La laguna, de hecho, tendrá una forma y un color que no se relacionan con la figuración de la imagen representada; es decir, se inserta como un cuerpo extraño."

ibid., "La unidad potencial de la obra de arte", *Teoría de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992,

tempo de exposição, a imagem cristalizada é tão forte que, mesmo quando é possível, torna difícil a decisão de restauro, de eliminação dessas lacunas.

Mas a "quimera" da reconstituição histórica da experiência patrimonial e artística parece não ir morrer tão cedo. Atestam-no, por exemplo, todos os concertos musicais em que se tenta reconstituir a sonoridade com instrumentos da época, formas de interpretação estudadas e localizadas na época; só falta que existam expectativas de recepção localizadas.

O mesmo já não acontece, não tem acontecido relativamente ao património imóvel urbano. É o caso do edifício que se desmorona por incêndio, terramoto ou simples degradação.

O que se faz, a corrente pragmática preponderante na actualidade, define como essencial a preservação apenas da imagem urbana exterior visível do prédio. Basicamente, a manter-se como estava, o imperativo recai apenas na fachada. O restauro fiel deve circunscrever-se à fachada exterior, o que se pode entender como a defesa do fundamento da epifania da imagem. Nestes termos, o contexto da experiência da cidade que se tenta defender, reduz-se à experiência (histórica) da imagem do prédio, o que, por vezes, nem é factor relevante dessa experiência.

O que daqui se percebe é que se constitui um compromisso algo frágil³⁶, entre a manutenção de uma experiência registada na história, apenas pela manutenção de uma parte ínfima do que pode possibilitar essa experiência. O que se produz é, nitidamente, um tropo — uma sinédoque (metonímica) em que a parte *in praesentia* é suposta representar tudo o que é evocável *in absentia*. Mais que isso, a diversidade morfológica dos objectos e diversidade de experiências correspondente, obriga a uma atenção muito mais demorada à sua pluridimensionalidade e dinâmica. Essa fragilidade percebe-se mesmo na teoria de Brandi, quando este define três princípios que articulam o restabelecimento do que ele chama a *unidade potencial da obra de arte*, assim:

1) a reintegração (da nova matéria no processo de restauro) deve ser reconhecível sempre e com facilidade mas não deve afectar a unidade que se pretende reconstituir;

2) a matéria de que é feita a imagem, a qual é insubstituível apenas onde colabore directamente com a figuração da imagem, isto é, enquanto "aspecto" e não enquanto "estrutura"³⁷;

p.27 O que se passa, se tivermos então em conta a experiência histórica, a obra experienciada no tempo, é que o "corpo estranho" se incorpora rapidamente na experiência e na obra. A decisão de eliminar o corpo estranho através do restauro, torna-se problemática.

³⁶Para não dizer hipócrita.

3) que se refere ao futuro: isto é, estabelece que qualquer intervenção de restauro não torne impossíveis eventuais intervenções futuras mas, pelo contrário, as facilite³⁸

Este último ponto que, em termos de frequência e força de debate, se tem mostrado mais presente (em congressos e seminários sobre património) e na actualidade dos sujeitos envolvidos praticamente nesta problemática; algo que se pode sintetizar na imposição do carácter de "reversibilidade da intervenção"

Por outro lado, o facto de a imagem se constituir como polo central da experiência estética e precisar de media físicos para a sua manifestação, coloca-nos aqui a questão central acerca do papel da matéria como *medium* de manifestação para a produção da epifania experiencial.³⁹

³⁷Quando se apresenta o exemplo mais frequente do edifício degradado e que se desmorona, é necessário admitir uma reconstrução ou reprodução do que lá estava. A respeito disto, Brandi acrescenta: "el aspecto no puede ser considerado sólo la superficie externa de los sillares, sino que estos deberán permanecer como tales no sólo en la superficie; no obstante, la estructura interna del muro podrá cambiar para protegerse de futuros terremotos, e incluso la estructura interna de las columnas, si las hubiera, podrá ser sustituida, puesto que no se altera con ello el aspecto de la materia.(...) Muchos errores funestos y destructivos se han derivado precisamente del hecho de no haber sido estudiada la materia de la obra de arte en su bipolaridad de aspecto y estructura. Una tenaz ilusión - que podría calificarse a efectos del arte de la ilusión de immanencia - ha hecho considerar como idénticos, por ejemplo, el mármol aún no extraído de la cantera y el que se ha convertido en estatua; mientras el mármol no extraído sólo posee su constitución física, el de la estatua ha sufrido la transformación radical de ser vehículo de una imagen... Como imagen, se desdobra en aspecto y estructura, y presupone la estructura subordinada al aspecto."

"La materia de la obra de arte", *Teoría de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992, p.20

³⁸Estes três pontos são síntese e tradução de *ibid*, "La unidad potencial de la obra de arte", *Teoría de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992, p.27

³⁹"...sobre todo en lo que hace referencia a la restauración, puede definir-se qué es la materia en cuanto representa simultáneamente el tiempo y el lugar de la intervención restauradora. Para ello, no podemos utilizar mas que un punto de vista fenomenológico, y desde esta perspectiva la materia se presenta como «cunato sirve a la epifania de la imagen». Tal definición refleja un procedimiento análogo al que conduce a la definición de lo bello, no defendible de otro modo que no sea la vía fenomenológica, como ya hizo

Em síntese podemos, para já, concluir que, segundo esta perspectiva, a capacidade de conservação do corpo físico do objecto é prioritária, e esta induz a capacidade de conservação do dom sacro e divino imanente ao objecto, investido no objecto seja pela genialidade do criador/artista, seja pela contaminação de valor de quem o usou, que poderá ser uma celebridade desaparecida e reverenciada, como uma comunidade valorizada. Esta, uma conclusão que se pode estender a outros géneros de patrimónios enriquecidos pelo investimento imanente de valores agregados com o mais diverso perfil de propriedades.

O que tentamos mostrar com esta breve passagem pelas teses dominantes sobre o restauro do património, teses derivadas do modelo que o sustenta, é o seguinte:

a) **Princípio da imanência** — Nos termos mais ortodoxos, a sacralidade do objecto patrimonial está imanentemente contida na matéria que o suporta e o corporifica enquanto medium de manifestação e de experiência;

b) **Princípio da reversibilidade** — Toda a intervenção na matéria do corpo do objecto deve poder ser reversível; Este, um princípio bastante mais recente que o primeiro (que vem da origem do modelo), devido ao facto de mais recentemente as teses da relatividade histórica terem assumido a liderança dos corpos técnicos e de assessoria para os projectos de restauro. Estes deram-se conta da relatividade das ideias no presente e, por essa razão, da parcimónia e cuidados com que deve ser efectuada qualquer intervenção. Segundo estes cânones, o que sobreviveu até ao presente é "imaculado" e, mesmo que exista vontade da comunidade presente em repôr a imagem de outra época (outra actualização) de origem, a possibilidade de reverter à imagem da pré-intervenção, voltar a repôr tudo como estava, deve ser mantida a 100%.

c) Por dedução destes dois, todo o objecto degradado no seu corpo ao ponto de ser dado como irrecuperável, é tido como aniquilado, indisponível para qualquer tipo de experiência, mesmo como ruína.

c1) Nos termos em que a Teoria do Restauro se nos apresenta, existe um momento em que o trabalho de restauro ultrapassa os seus limites, passando, segundo Brandi, a chamar-se reconstrução. Isto acontece relativamente aos objectos/monumentos em estado de ruína. Pelos cânones mais ortodoxos do respeito pela

experiência histórica, a ruína só faz sentido actual enquanto ruína, e qualquer intervenção reconstituente perde a legitimidade histórica inerente à proximidade temporal. A intervenção afectaria igualmente o carácter de autenticidade e a "aura" adquirida através dos tempos.

Ora, quando passamos ao momento em que se tem de decidir acerca dos media, dos instrumentos, das formas de excelência para o restauro ou a reconstrução/reprodução, percebemos como as ideias expostas em c) e c1) se constituem em força de resistência a qualquer inovação. Essa força de resistência operacionaliza-se precisamente com base na imanência "aurática" e "sagrada" com que a própria matéria do corpo se contamina.

A reificação da sacração e do valor do objecto no próprio corpo e matéria do objecto, aprisionam e determinam a subsistência da experiência valorizada pela subsistência do corpo do objecto. Nestes termos, a única experiência legítima é a experiência mediada pelo objecto sacralizado e único. Não são aqui admitidas quaisquer alternativas. A própria noção de experiência, a ser admitida, é extremamente limitada, balizada pela capacidade de condução do objecto. Não são tidas em conta as possibilidades subjectivas nem as possibilidades que se constituem no entendimento global da experiência que envolve sujeitos, objectos e media.

Observam-se assim como prevaletentes os princípios do modelo patrimonial mais ortodoxo. Mas estão a acontecer evoluções tecnológicas que, ao apresentarem-se como alternativas sérias à reconstituição, reprodução exacta da imagem dos objectos em geral, e dos patrimoniais em particular, introduzem "variáveis" que é necessário auscultar e debater.

No caso do princípio da reversibilidade, que apontámos em segundo lugar, só com os problemas e a especularidade que levanta, era possível produzir outro trabalho de investigação. É que, como veremos já a seguir, quando é produzido um novo dispositivo técnico e tornado disponível, esta "disposição" é irreversível; depois da roda, não mais se utilizam troncos para fazer deslocar seja o que for. Depois da bomba atómica.... Isto é algo que aqui coloca a séria questão dos fundamentos da reversibilidade. Por exemplo, esta tem sido uma questão sobejamente debatida no que se refere ao cinema: o problema da coloração de filmes a preto e branco; a sonorização de filmes mudos e, já hoje, a utilização de novos suportes e a reprodução das condições de visionamento originais. Pergunta-se: até que ponto, num futuro próximo dominado pela imagem digital e o écran luminiscente, fará sentido reproduzir as condições de visionamento do filme tal como nos anos trinta ou quarenta?

Admite-se que um museu ideal do Cinema, com todas estas condições, seja viável. Mas, até que ponto,

la Escolástica: «quod visum placet» (o que agrada à vista)".

ibid., "La Materia de la Obra de Arte", *Teoria de la Restauración*, Brandi, Cesare., ed. Alianza, Madrid, 1992, p.19.

existindo capacidade de reproduzir as condições de visionamento do celulóide, mas com suporte digital, é possível defender ortodoxamente o valor do celulóide e da sua preservação? Tal como ainda hoje se defende o valor do nitrato e dos custos da sua preservação, sabendo-se que está condenado a dissolver-se em pasta de nitrato?!

4.1 A Monumentalidade esfumada

Com as capacidades de produzir tecnologicamente o que ainda há poucos anos passava apenas pelos desejos e cabeça de alguns, opera-se uma mudança relativamente a diversas noções estabilizadas, tais como: a de tempo natural e delapidante; a sacralidade e monumentalidade imanentes à matéria do objecto monumentalizado; a necessidade de defesa da propriedade comum para assegurar a perduração.

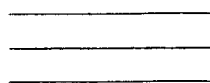
Esta mudança acontece em várias frentes. À partida, a partir do presente, os objectos que se prevejam mais destinados a perdurar, podem ser hoje produzidos com grande capacidade de resistência às forças delapidantes do tempo. Isto acontece logo que emergem novos media e formas de reverência e valoração da produção simbólica que os utiliza como suporte. Os novos suportes, para lá da sua reprodutibilidade inerente são, já de si, mais duráveis. Com isto, e dada a arbitrariedade da abrangência dos campos, acontecem extensões/expansões do campo patrimonial a objectos com a mais variada ordem de obsolescência. No limite, e como já foi referido, uma vez preservada a informação que permite a reconstituição do objecto, este está virtualmente preservado pois, a partir da informação é possível re-produzi-lo a qualquer momento. Os próprios suportes de registo de informação (neste momento, o compact-disk, por excelência) densificam-se, ampliando o seu espaço de armazenamento e tornam-se mais resistentes aos desgastes do uso e do tempo.

O paradoxo que daqui emerge prende-se com o facto de se estar, na prática, a anular o agente central mobilizador das forças patrimonializantes — o desgaste natural, a obsolescência natural dos objectos no tempo. Tal não acontece de um dia para o outro, mas progride muito rapidamente. Começam a emergir, com maior destaque, agentes que sempre existiram, mas sempre na sombra da obsolescência temporal. Relativamente ao campo patrimonial, estes agentes aglomeram-se todos numa categoria — a da *ameaça* — e engloba todos os que detenham interesses não compatíveis com a preservação do território patrimonializado. Isto faz reorientar as estratégias do campo, que passa a imprimir uma orientação

disseminada à sua cruzada contra tudo e todos os que sejam redutíveis à categoria da *ameaça*. Uma estratégia que topologiza em várias sub-categorias os diversos tipos de vandalismo praticados⁴⁰, sempre que os interesses do campo se não cumprem. Não é preciso observar ao pormenor todo o género de vandalismos a que o património se sujeita para se perceber que a cruzada pela sua defesa tem absoluta necessidade dessa ameaça mais ou menos difusa. Um novo dispositivo mais real ou mais virtual que viesse resolver o problema da réplica, da re-produção de um objecto igual não poria fim ao problema da imanência a que o modelo do património se atém.

Admitindo, mesmo que em termos de simulacro, a capacidade de tudo replicar/reproduzir, a questão que se levanta seria, então, que novo agente iria ocupar esse espaço central objectivado no tempo delapidante?; Ir-se-ia desvanecer essa urgência patrimonializante ou configurar-se noutra morfologia diferente?

De qualquer modo, o que vier a acontecer irá implicar o reposicionamento dos sujeitos num mundo cujo devir ocorre entre um *arche* e um *telos* cada vez mais solidificados na exterioridade das novas memórias. Neste devir podemos entrever especialmente a limitação dos *telos* possíveis, dada a normalização, estabilização e universalização das origens e do acesso aos arquivos que as revelam/re-produzem.



7. Preâmbulo de um tempo de crise;

Krisis é, em grego, o "momento decisivo, momento crítico" onde se enceta o movimento que faz pender o prato da balança para um lado ou para o outro.⁴¹

Nesta observação, a "crise" vem destacar o momento no processo, em que se começam a desvanecer as

⁴⁰Ver *Histoire du Vandalisme*, Réau, Louis, ed. Robert Laffont, Paris, 1994, em particular "Introduction, III Classification des variétés de vandalisme", p. 25.

⁴¹Para Hegel, este período crítico de evolução de um processo, é aquele em que "o espírito que se configura, amadurece lentamente e em silêncio até à sua nova configuração, desintegrando fragmento a fragmento o edifício do seu mundo precedente, enquanto que o aparecimento deste mundo se mostra apenas por sintomas esporádicos: a insatisfação e o enfado que atingem o que ainda subsiste, o vago pressentimento do desconhecido, são os sinais premonitórios de algo que se prepara."

"Prefácio" à *Fenomenologia do Espírito*, Hegel, ed. Vozes, Petropolis, 1990, p. 7

fundamentações que guiaram e orquestraram a generalidade das acções até esse tempo. O desaparecimento do fundamento implica o aparecimento do fundar novo e do seu poder constituinte, observáveis num espaço de tempo mais curto ou longo, conforme a estabilização do processo. Em termos mais pragmáticos, tendo em atenção o modo como a acção é pilotada pelo fundamento, descobre-se que há aí nessa passagem (da crise) um tempo de "não fundação" em que se radicalizam as tentativas e as lutas pelo domínio do núcleo do fundamento. "por outro lado, a experiência só é descritível, na medida em que já constituída, institucionalizada, estabilizada, em torno de uma dada figuração do fundar. É o fundado que serve de fundamento à acção. O efeito essencial é a opacidade do fundar no seio do fundado".⁴² Uma opacidade que encobre a fragilidade e transitoriedade do fundamento; uma vez que para existir como tal, o fundamento só aparece enquanto estabilizado e cristalizado em discursos e imagens de aparência sólida. Escavar este processo de constituição, é trabalho quase operacionalmente análogo ao diagnóstico e recuperação de recalamentos no sujeito nevrosado; passa sempre para lá do manifesto.

A admitir um estado-de-crise contemporânea, esta emerge precisamente na concorrência das diversas visões totalitárias e exclusivistas. Até que ponto a herança pesada das ideias modernas que o presente tenta superar, admite o diagnóstico de uma crise? Como é que esta se define e se apresenta, por exemplo, frente aos nihilismos nietzschianos e heideggerianos?⁴³

⁴²"Experiência e crise", em *Análise da Actualidade*, Bragança de Miranda, J., ed. Vega, Lisboa, 1994, p.70

Para J. Bragança de Miranda, é a crise aberta pelo desaparecimento do fundamento que determina os processos de agenciamento da experiência. Processos de constituição abstractos e concretos que implicam "um trabalho de figuração, de ficcionalização do mundo, para o pôr plasticamente ao alcance do agir". No processo de estabilização destes procedimentos, observar-se-iam basicamente dois géneros de agenciamento: "os escriturais e os tecnológicos, e a sua co-pertença à linguagem confere-lhes uma ambiguidade insolúvel. No caso extremo de controlo absoluto, abolindo ficção e ambiguidade, os procedimentos referidos estabilizar-se-iam em formas rígidas, a saber:

1) ao nível escritural a cristalização da experiência em normas e regras explícitas e codificadas, reduzindo a constituição da experiência ao rigor do formalismo jurídico; e 2) ao nível da tecnologia a produção das práticas e das condições da existência (tempo, espaço e sujeitos), inscrevendo-as em automatismos de repetição «tema»."

ibid. *Análise da Actualidade* p. 89-90.

⁴³"... a modernidade pode caracterizar-se, de facto, como dominada pela ideia da história do pensamento como «iluminação» progressiva, que se desenvolve na base de cada vez mais ampla apropriação e reapropriação dos «fundamentos» os quais ani-ute

Apesar de desgastada, quando falamos de mudança e diagnosticamos a falência ou o desvanecimento dos modelos instituídos, não parece sobrar outra expressão mais apropriada que esta; a *crise* como espaço/tempo de passagem na mudança. A sua função aqui é a de destacar, com base no percurso que fizemos, não só a transitividade dos modelos que se sucedem, como a difícil admissão de um modelo estável num futuro próximo.

Um dos indicadores mais materiais deste tempo de crise, que ainda não referimos e afecta sobremaneira o património, configura-se naquilo a que Pierre Rosanvallon denominou, também, a crise do Estado-Providência. "O Estado-providência está doente com a crise que atravessa. O diagnóstico é simples: as despesas sociais continuam a aumentar aos ritmos anteriores, aceleram-se, por vezes (...), enquanto as receitas (impostos e quotizações sociais), que são por natureza indexadas pelo nível da actividade económica, se reduzem."⁴⁴ Isto origina um problema financeiro óbvio, particularmente sentido nos países industrializados, e que tende a acentuar-se (a aumentar) devido essencialmente á inércia da máquina de reprodução burocrática do Estado no abarcar de despesas que já não comporta. Em termos mais económicos e numa perspectiva gestionária, a generalidade dos modelos de funcionamento do Estado-providência, enquanto empresas de suporte do risco e redistribuição dos rendimentos, não só apresentam uma eficiência altamente negativa, como caminham inexoravelmente para a insolvência. Subsídios de desemprego, pensões de reforma, de invalidez, pensões sociais de todo o tipo e subsídios que se reproduzem como fungos. Esta é apenas a face exposta do Estado-Providência que não é mais que uma extensão e um prolongamento do Estado-Protector moderno, tal como

são considerados também como «origens», de modo que as revoluções, teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e legitimam principalmente como «recuperações», renascimentos, retornos. A noção de «superação», que tanta importância tem em toda a filosofia moderna, concebe o curso do pensamento, como um desenvolvimento progressivo, em que o novo se identifica com o valor através da mediação da recuperação e da apropriação do fundamento origin "

ibid. *O Fim da Modernidade*, Vattimo, G., ed. Presença, Lisboa, 1987, p.8.

Vattimo continua, chamando a atenção para o facto de tanto Nietzsche como Heidegger, terem posto em questão a noção clássica de fundamento e de pensamento como fundação. A máxima estabilidade do ser acontece no acontecimento, quase happening. "A ontologia não é mais que a interpretação da nossa condição ou situação, já que o ser não é nada fora do seu «acontecimento», que sucede no seu e nosso historicizar-se."

⁴⁴*A Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 1987, p.7.



foi "pensado e construído do século XIV ao século XVIII"⁴⁵ Um Estado que vem cobrir a providência divina e religiosa que já se dava como incerta, com a certeza da providência estatal⁴⁶

⁴⁵ *ibid.*, *A Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 1987, p.18.

Nesta perspectiva, Rosanvallon sintetiza nestes termos a evolução do Estado moderno:

"1. O Estado moderno define-se fundamentalmente como um Estado-protector.

2. O Estado-providência é uma extensão e um aprofundamento do Estado-protector.

3. A passagem do Estado-protector ao Estado-providência acompanha o movimento pelo qual a sociedade deixa de se pensar a partir do modelo do corpo para se conceber sob o modo do mercado.

4. O Estado-providência visa substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal.

5. É a noção de probabilidade estatística que torna praticamente possível e teoricamente pensável a integração da ideia de Providência no Estado." *ibid.* p.23

⁴⁶(O Estado enquanto dispositivo de institucionalização do poder num determinado território, em conformidade com as exigências racionais da ordem acordada é, essencialmente, um conceito racional, um conceito de síntese, representante do cruzamento dos diversos campos de legitimação das várias ordens que submetem o social. Esta noção implica igualmente uma ideia de poder perene que transcende as vontades particulares e que é legitimada precisamente pela sua capacidade de representar a vontade colectiva, pelo menos ideologicamente. É, assim natural que, a primeira substância estruturante do seu corpo surja sob forma jurídica. Não são elementos de facto mas elementos de direito que determinam a sua essência, que são o seu núcleo de sustentação. O Estado enquanto dispositivo de institucionalização do poder num determinado território, em conformidade com as exigências racionais da ordem acordada é, essencialmente, um conceito racional, um conceito de síntese, representante do cruzamento dos diversos campos de legitimação das várias ordens que submetem o social. Esta noção implica igualmente uma ideia de poder perene que transcende as vontades particulares e que é legitimada precisamente pela sua capacidade de representar a vontade colectiva, pelo menos ideologicamente. É, assim natural que, a primeira substância estruturante do seu corpo surja sob forma jurídica. Não são elementos de facto mas elementos de direito que determinam a sua essência, que são o seu núcleo de sustentação.)

A definição de "Estado" aqui sintetizada, ainda é a que "se aprende na escola" a versão oficial. Este Estado-de-Direito já quase se não consegue dar a ver. Este é igualmente um dos contributos para a crise geral. Foucault faz uma crítica radical a esta noção e ao modo como o Estado é assim entendido. A partir do séc. XVIII, começou a emergir na sociedade moderna o poder disciplinar e racionalizado, mais difundido e eficiente que o do Estado tradicional, e que este não demorou muito a absorver. Este era o poder dos especialistas (poder pericial) e dos saberes que normalizavam e disciplinavam as subjectividades num mapa actorial previsível. Segundo Foucault,

Ora, mas onde é que o *património* é contaminado por esta crise do Estado-Providência ?

Alguns países de mercado mais activo e extenso conseguiram subtrair boa parte do sustendo do património ao Estado — por via do mecenato, benefícios fiscais e outras formas de canalização de verbas. Acontece que, relativamente à generalidade dos países mediterrânicos, ainda mais pesados em termos de património, se instituíram modelos de suporte mais próximos do francês — pioneiro na institucionalização da protecção patrimonial. Este, apesar de mais recentemente admitir e encorajar as diversas formas de mecenato, vê emergir todas as contradições inerentes à incompatibilidade das lógicas de mercado *versus* lógica de Estado-Protector. Em países mediterrânicos e periféricos, como é o caso de Portugal⁴⁷, assiste-se ao conflito dessas lógicas mas, num contexto de maior fragilidade em que, por isso, um terceiro elemento sobressai — a contingência, mais forte que nos cenários em que os outros elementos se revelam mais sólidos.

Enquanto elemento pesado do saco de despesa do Estado-protector, o património funde-se com todos os outros sectores que se podem alarmar com a insolvência próxima, sem grandes soluções à vista. Aqui o outro lado do cenário crítico que atinge o *património*.

Mas, a ameaça de insolvência do Estado é apenas o pano de fundo mais escuro sobre o qual evolui a actualidade. Uma série de outras circunstâncias que se podem configurar em variáveis e formas de mediação importantes devem aqui ser destacadas para que se perceba melhor tanto o cenário actual como o do futuro próximo. Entre essas variáveis contam-se:

— a forte contingência, acima referida, característica da fragilidade das forças em campo, mediadas por lógicas antagónicas;

— a opacidade das relações sociais resultante da mediação do Estado-Protector-Redistribuidor;

"...o Estado-providência, como agente central de redistribuição e, portanto, de organização da solidariedade, funciona como uma grande *interface*: substitui o frente-a-frente dos indivíduos e dos grupos. (...) Desenvolvimento das interfaces e multiplicação dos efeitos sociais perversos geram-se, assim, reciprocamente. A *interface* é produtora de irresponsabilidade e contracção social. (...) Actualmente,

este conjunto de poderes teria esvaziado mais o poder político-jurídico.

ver *Pouvoir-corps*, Michel Foucault, Revista "Quel Corps", nº2, setembro 1975, p.2-5, ver também *La Volonté de Savoir*, Michel Foucault, ed. Gallimard, Paris, 1976

⁴⁷Portugal pertence a essa fatia de países periféricos em que o Estado-providência começa a soçobrar ainda antes de ser efectivo. Uma triste estória...

a interface estatal tomou-se largamente opaca e sobretudo os mecanismos de expressão da solidariedade mecânica estão cada vez mais isolados das formas de sociabilidade intermédias. () A perda de autonomia e o isolamento crescente dos indivíduos para quem o Estado e o principal recurso alimentam a crise. Já não há «social» suficiente entre o Estado e os indivíduos. É por esta razão que os limites do Estado-providência devem entender-se a partir das formas de sociabilidade que induz e não principalmente a partir do grau de socialização que procura.⁴⁸

— as formas de visibilização (artificiais) do Estado enquanto *interface* entre os indivíduos e o «social»; Em particular, a visibilidade artificial característica do *marketing* justificativo das decisões post-facto, em que se "vende" o acto e a justificação do acto post-decisão. Algo que acontece principalmente quando, nalgum ponto da esfera mediática, se formam contra-correntes⁴⁹.

— a despersonalização e indiferença geral que essa opacidade faz cultivar, coabitando com um sistema deficiente de representação e intervenção do cidadão nas decisões políticas;

Algo que atira a generalidade dos pontos de articulação das decisões para a esfera mediática e veículos de mediação da visibilidade, tanto do Estado como do social⁵⁰.

— a **ineficácia** (pelo menos em termos de visibilidade) dos mecanismos de redistribuição;

"É numa perspectiva semelhante (na base de um cálculo custos-vantagens) que os teóricos liberais contemporâneos criticam o Estado-providência. Mostram que a redistribuição que efectua é globalmente ineficaz e que conduz mesmo a efeitos contrários ao que era desejado. Analisam a redistribuição como uma forma de regulação: a regulação das relações sociais e das situações sociais."⁵¹

⁴⁸ *ibid.* *A Crise do Estado-Providência*, Rosarvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 1987, p.33, 34 e 39.

⁴⁹ Ver, a este propósito, "As tecnologias do fazer-acreditar", em *O Estado Sedutor*, Debray, Régis, ed. Vozes, Petrópolis, 1994, p.59, or. *L'État séducteur: Les révolutions médiologiques du pouvoir*, ed. Gallimard, Paris, 1993.

⁵⁰ Ver, a este propósito, "IV. O Preço da Audiência", em *O Estado Sedutor*, Debray, Régis, ed. Vozes, Petrópolis, 1994, p. 131.

⁵¹ *ibid.* *A Crise do Estado-Providência*, Rosarvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 1987, p. 51

—o custo económico e político da providência, não compensatório (politicamente) para o governo administrante;

Estamos já a desfolhar os compêndios da acção política aqui encarnada pelo Estado instituído e representante⁵² dos poderes públicos que assume e define as relações sociais desse patronato com poder decisório sobre os privilégios a conceder — encomendas, subsídios, apoios, etc.

É neste estado-de-coisas, um "estado nascente", até do ponto de vista institucional, que geralmente emerge um "Instituto" ou um "Ministério" para tutelar uma série de práticas e procedimentos que prometem alguma autonomização legislativa. Esta é uma instituição que vai crescendo, nalguns casos até atingir dimensões monstruosas e quase indomináveis⁵³ do ponto de vista executivo. Nos casos em que a tutela se dispersa por campos de acção envolvendo objectos e suportes muito diferentes, o normal é a emergência de micro-instituições⁵⁴ aparelhadas à tutela central com uma autonomia mínima. Esta autonomia varia, o mais das vezes, em função do peso da imagem pública da personalidade que ocupa a presidência da instituição e da qualidade das suas relações com a tutela.

— a periodização eleitoral que coordena a acção política e dá origem à sua incoerência e instabilidade;

Quando o governo empossado se consegue manter no poder por um período mais ou menos longo — mais que uma eleição legislativa — acontece um progressivo fenómeno de "lubrificação" dos circuitos executivos. As personalidades que se encontram em postos-chave e se mostram menos simpáticas ao novo poder, conforme as circunstâncias e estratégias centrais, são hostilizadas de modo a conduzirem-se a uma auto-demissão, ou são assediadas à adesão e simpatia tácitas. Deste modo, o tecido institucional e administrativo português, que se constitui como a face exposta do Estado, é altamente vulnerável à **periodização eleitoral e política**, o que cria as conhecidas dificuldades na prossecução de políticas estáveis de médio e longo prazo.

No seguimento do movimento ondulatório eleitoral, que no caso português pode ser mais ou menos estabilizado, o Estado acaba por se caracterizar em função dessas oscilações de tutela e política tutelar. "A centralidade do Estado português enquanto Estado semiperiférico distingue-se assim e antes de mais dos Estados dos países

⁵² No sentido de "o que assume poderes por delegação".

⁵³ Como é o caso do Ministério da Educação português.

⁵⁴ Sobre Análise Institucional e a dinâmica do tecido institucional, ver *A Análise Institucional*, René Lourau, ed. Vozes, Petrópolis, 1975; ver também *L'Analyse Institutionnelle*, Remy Hess, ed. PUF, Paris, 1991.

centrais por ser mais autoritária e menos hegemónica e por ser mais difícil determinar onde o Estado acaba e o não-Estado começa.()A primazia do político (.) coexiste, deste modo, com a sua dependência em relação aos outros espaços e nessa medida a forma do poder do Estado, a dominação, exerce-se, na prática, em complexas combinações com as forças de poder características de outros espaços estruturais, o que confere grande particularismo à actuação do Estado (clientelismo, nepotismo, corrupção, etc.)⁵⁵. Sabemos que o autor destas frases tem provas para documentar tudo o que diz, mas tal quase não é necessário pois a generalidade das práticas das quais Boaventura Sousa Santos decanta este modelo e apreciações, entram-nos todos os dias pelos olhos e a carne adentro. Quando não é em contacto directo com este Estado, que ora nos classifica como estranhos (*alienus*) ora como íntimos, é no contacto indirecto através, essencialmente, da imprensa e dos casos mais "espectaculares"⁵⁶, isto é, os mais visíveis. O poder eleito e a máquina administrativa do Estado infiltrado é hoje extremamente sensível, contraditoriamente, não à totalidade da exposição pública, mas à exposição mais espectacular. Relativamente ao escândalo que é a desfuncionalidade e erosão social que provocam grande parte dos organismos de Estado, o poder executivo mostra-se praticamente indiferente ou com atenções de superfície e irrelevantes, como se assumisse o irremediável estado da máquina administrativa, e a consequente impotência na sua alteração. Já relativamente à sua exposição aos media e

consequente espectacularização do seu exercício, o poder executivo é extremamente sensível e cuidadoso.⁵⁷

— a cada vez maior **disjunção e automatização dos mecanismos de decisão** produzindo, frequentemente, efeitos diferenciais abruptos entre sectores de despesa. Isto é algo que demora um pouco mais a explicitar devido, entre outras, à opacidade e sectorialidade em que se encontra encerrada a máquina estatal. Esta disjunção aparece quando comparamos por sectores as quantias neles dispendidas e, a partir daí, eventualmente, inferimos prioridades políticas. Quando colocamos questões incómodas, que normalmente envolvem dezenas de milhões de contos, tentando averiguar do fundamento das decisões. Essas questões circulam em volta dos sectores cronicamente carenciados: habitação (barracas), emprego/formação (desemprego), droga (indiferença e crise social), educação (o descalabro), segurança (insegurança), etc.

Quando qualquer um destes sectores é colocado ao lado da «cultura»⁵⁸, emerge um género de **tensão** bastante evidente. Uma tensão que dela afasta e repele qualquer retórica do poder administrante mas que pode, ao contrário, constituir-se como ponto atractor da retórica política concorrente⁵⁹. Ponto que, mesmo assim, deve ser minuciosamente estudado para evitar os apelidos fáceis de demagogia. Em qualquer dos casos, um ponto perigoso. Este perigo advém do modo nebuloso como hoje subsistem as éticas concorrentes possíveis, sem que se vislumbre uma maior definição ou destaque de uma delas o que, nesta contingência do mercado ético-político, mais contribui para o cenário de crise.

⁵⁵"Ao contrário do que se passa nos países centrais, não se trata de influências exercidas sobre o Estado e sua acção mas da configuração interna do próprio poder do Estado. O autoritarismo estatal, por ser relativamente ineficaz, é não só incompleto como contraditório, o que, por sua vez, contribui para a grande heterogeneidade e fragmentaridade da actuação do Estado". Uma dessas formas de heterogeneidade "reside no modo como a actuação da burocracia do Estado oscila entre a extrema rigidez, distância a formalismo com que obriga o cidadão anónimo e sem referências (a que chamo sociedade civil estranha) a cansar-se aos balcões de serviços inacessíveis, a preencher formulários ininteligíveis, e a pagar impostos injustos e a extrema flexibilidade, intimidade e informalidade com que trata, para os mesmos efeitos, o cidadão conhecido e com boas referências (a sociedade civil íntima). Trata-se de uma oscilação entre os Estado predador e o Estado protector segundo uma lógica de racionalidade totalmente oposta à do espaço de cidadania..."

"O Estado e os modos de produção de poder social", *Pela Mão de Alice*, Boaventura Sousa Santos, ed. Afrontamento, Porto, 1994, pps 115-117.

⁵⁶A hegemonia da espectacularidade é, em Portugal, ainda recente e não foi devidamente analisada; tem a ver com a preponderância da imagem pública nascida nos anos 70 e com a recente abertura dos novos canais de televisão em Portugal.

⁵⁷Há excepções, como o jogo de tensão que o governo de Cavaco Silva, na sua pessoa, gosta de provocar à Comunicação Social, acusando os jornalistas de incompetentes e mentirosos por altura da criação de uma Escola Superior de Comunicação Social afecta ao seu campo de poder.

⁵⁸Estamos a referir-nos a uma cultura que, geralmente, não se cruza com nenhum dos sectores anteriormente referidos. Não é uma «cultura» necessariamente "oficial", nem necessariamente "de elite". mas é suficientemente depurada de todos os cruzamentos incómodos.

⁵⁹O poder em exercício, pura e simplesmente fugirá ou não admitirá qualquer comparação, limitando-se a assumir, melhor ou pior, o "queijo" em que se visualiza a distribuição das verbas por sector no OGE ao fim do ano. Os poderes concorrentes, raramente comentam ou questionam os factos, dado que estes só são visíveis bem depois de merecerem comentário (com rendimento político). Assim, só por acidente estas questões subirão à esfera mediática da imagem (televisão). Quando muito, a estas questões, poderá um articulista mais afoito a elas referir-se e questionar-se nos jornais, mas nem isso é garantido.

É com base neste pré-diagnóstico que poderá vir a ser desenvolvido; nas premissas aceites deste contexto de transitividade, que partimos para o esboço do que poderá compreender — relativamente ao património — um modelo alternativo de acção e publicit-acção, possível e exequível, pelo menos num futuro próximo e de médio prazo

8. Conclusão — Hipótese de construção de um modelo alternativo;

Este ponto, formalmente de conclusão mas não conclusivo, pretende oferecer algumas pistas e orientações para o que se pode encetar ainda neste tempo de passagem, com base neste trabalho.

No final, apenas uma síntese do que se tentou demonstrar, para o remate (virtual) de um trabalho que, idealmente, implica um *crescendo* sem fim. Tal como o demonstra Lakatos, "Um programa de investigação tem êxito se conduzir a uma mudança progressiva de problemática; fracassa se conduz a uma mudança regressiva". (...) Podemos avaliar os programas de investigação, inclusivamente depois de terem sido «eliminados», a partir do seu poder heurístico: quantos factos produziu? De que dimensão era a sua capacidade para explicar as suas refutações durante o seu crescimento?"⁶⁰

O esboço de programa que abaixo enunciamos pretende assumir estas propriedades e não é, por isso, mais preciso quanto às actividades e procedimentos a levar a cabo; pretende ficar aberto a novas evoluções e reflexões sobre o mesmo objecto. Enunciar aqui uma heurística positiva ou negativa para aplicação restrita a este programa seria algo tautológico. Todo este trabalho, observadas as traves mestras (metodologias e formas de abordagem) que seguram a sua evolução, se pode constituir como orientação heurística. Não desejamos é que essa orientação se fique pela sua finitude, mas que possa, a partir dela, dar origem a novos estudos, abordagens e configurações heurísticas eventualmente diferentes.

É assim possível, congregando as diversas observações amostrais que vieram sendo expostas como exemplares de práticas constituintes da experiência patrimonial; com a problematização e análise dos principais fenómenos que com elas se relacionam, esboçar as premissas que podem ajudar a encontrar um modelo alternativo de operacionalização desta experiência. Com base no percurso que nos deixou chegar até aqui, é possível

começar por estabelecer algumas premissas por que esse modelo se orientaria. Assim, o modo de entendimento e experiência de um fenómeno enquadrado como cultural, e localizado enquanto patrimonial, subscrito a um campo que o enquadra mantém, da parte do campo:

- a) Uma **auto-observação numa perspectiva macro**, no modo como evolui nas formas de constituição das suas experiências;
- b) Implica a **deteccção e reflexão em volta da emergência de nódulos ou premissas antitéticas no seio do próprio campo e territórios periféricos**;
- c) **Permanece aberto a novas hipóteses de evolução** nas traves mestras do seu núcleo experiencial;
- d) **Privilegia o modo relacional** extra e intra campo, tanto no processo de reflexão sobre, como nas operações de tecitura e consecussão dos seus objectivos.
- e) **Perante a dominância da videosfera e a omnipresença dos dispositivos de imagem**, assim como as **capacidades das novas tecnologias**, o campo e o seu modelo de acção deveriam ensaiar uma reflexão permanente sobre o seu posicionamento e evolução entre estes novos contextos;
- f) Procura uma maior articulação e transparência na relação do expert com os poderes económico e político.

A ter em conta estas premissas, **um modelo com novas orientações performativas**, poderia iniciar-se com um programa de pesquisa operacional mais alargado.

Independentemente da instabilidade e da fragilidade racional que possam caracterizar os modos de gestão das manifestações patrimoniais; instabilidade e fragilidade que condicionam e contaminam a construção de um modelo, não seria lícito chegarmos até este ponto deste trabalho sem, pelo menos, tentarmos esboçar os princípios orientadores para a constituição de um "observatório" para o permanente rastreio, pesquisa e análise das questões aqui expostas. Esse observatório poderia começar por:

- 1) Investigar e produzir orientações facilitadoras da progressão do campo perante novas premissas do modelo e contextos externos;

Esta seria a função principal deste observatório, função da qual decorrem todas as outras.

⁶⁰ Traduzido de "Una metodología de los programas de investigación científica", *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, Imre Lakatos, Madrid, 1989, p. 66, p.71. Ver, no mesmo livro, "el requisito de crecimiento continuo", p.117.

2) Para tal aperfeiçoar, com base em trabalho empírico mais extenso, as matrizes de pesquisa⁶¹ esboçadas neste trabalho e, eventualmente, descobrir novas matrizes,

Este trabalho de pesquisa, aqui prestes a concluir-se, poderia considerar-se uma base de arranque para a configuração das actividades de investigação deste observatório, sem qualquer restrição quanto a novas orientações fundadas em estudos empíricos posteriormente realizados.

3) Investigar a generalidade das formas de valoração (e conversão) das experiências, constituição de axiologias e (abuso de) dispositivos de controlo do imaginário;

Este ponto constitui-se como especificação do anterior e pretende orientar a atenção da pesquisa para os problemas da génese do valor e dispositivos de controlo do imaginário, abordados nos capítulos anteriores. Pretende ainda que se estabeleça um dispositivo de referência e aferição das diversas formas de condicionamento do olhar.

4) Proceder aos inquéritos e sondagens necessárias ao conhecimento das diversas formas de relação com o património — formas de uso (utentes e não utentes) de produção e recepção;

Uma vez cumpridas as regras básicas que orientam as metodologias, tanto qualitativas como quantitativas, este ponto não parece oferecer dúvidas quanto à aquisição de informação/dados para a progressão dos estudos;

5) Introduzir, nestes procedimentos, uma heurística com um maior campo de manobra inicial para o levantamento da estratégia e metodologias de pesquisa;

⁶¹Referimo-nos às matrizes sobre as formas de mediação, formas de valoração e, enfim, à generalidade dos instrumentos de pesquisa esboçados neste trabalho, com capacidade de posterior desenvolvimento.

Queremos, com este ponto, apenas prosseguir o modo aberto de construção e levantamento dos programas de pesquisa produzindo, quando muito, alguma percentagem de heurística negativa⁶² para a condução dos programas. Deixamos que seja o processo de rastreamento (*scanning*) e os próprios dados coligidos a orientar, nas suas tendências, o posterior sentido do programa.

Passamos, então, a sintetizar o que neste capítulo foi tratado.

Havíamos, no capítulo anterior, esboçado uma tipologia geral e outra específica para as axiologias que nos permitem clarificar as formas de emergência do «valor» e conversão de bens em geral, e de bens patrimoniais em particular. Isto permitiu-nos gizar um modelo de acção e conversão do campo patrimonial a partir das formas de mediação e valoração das diversas esferas, e o modo como o campo patrimonial entre elas evolui.

Já neste capítulo passámos, em sequência, observando a crise de fundamentos de que a emergência do campo é, afinal, já um indício, no modo como se atém ao modelo aqui delineado e aos seus princípios mais ortodoxos, devido essencialmente:

- a) à generalidade das contradições em que o modelo incorre, já expostas nos capítulos anteriores e que, perante os novos contextos, tendem a acentuar-se;
- b) à predominância da lógica mediática que envolve já toda a esfera da Cultura;
- c) à crise geral e, em particular, economicamente insolvente em que está envolto o Estado-providência;
- d) aos novos desenvolvimentos tecnológicos que se perfilam e põem em causa boa parte dos princípios do modelo patrimonial, dissolvendo a sua fundamentação.

Por isso, começamos por destacar a necessidade de repensar as formas de investimento de «valor» no campo patrimonial como, por exemplo, a noção de

⁶²"O programa é formado por regras metodológicas: algumas indicam-nos as rotas de investigação que devem ser evitadas (*heurística negativa*) enquanto outras nos indicam os caminhos que devem seguir-se (*heurística positiva*)"

Traduzido de "Una metodología de los programas de investigación científica", *La Metodología de los Programas de Investigación Científica*, Imre Lakatos, ed. Alianza Universidad, Madrid, 1989, p. 65.

Ver, igualmente, "4.5 Heurística", "Cap. 4 - Problema", *La Investigación Científica*, Mario Bunge, ed. Ariel, Barcelona, 1985, pp 224-227.

monumentalidade e de *ruína* que nos chegam do séc. XIX. Estas noções têm em si, implicadas, um carácter de **imanência sacral do material** que as incorpora. Quando se trata a matéria e o corpo do monumento, se procede à conservação e restauro, está-se a tocar o ponto sensível do campo que defende a imanência sacra do material; a manutenção da imagem, do corpo e da aura. Revelador desta premissa que o campo quer fazer articular em volta da noção de autenticidade, é a imposição da **reversibilidade de qualquer intervenção** num objecto. Uma (im) posição que acaba por acentuar ainda mais a **sacralidade investida no material do medium**.

Com a emergência de novos dispositivos, novos media, vão-se alterando as formas de manifestação dos objectos e vai-se igualmente perdendo a possibilidade de segurar no material a sacralidade das obras. Os novos media e as novas tecnologias estão ainda em processo de aquisição (pública) de crédito, isto é, não têm ainda a confiança total dos indivíduos, muito menos das instituições. Observando alguns casos históricos como a introdução da imprensa ou das máquinas voadoras, verifica-se a rápida alteração dos índices de confiança nas novas tecnologias. Desse nível de confiança está dependente, a breve prazo, a deslocação da sacralidade para fora do material, algo que já se tem observado nalgumas acções institucionais no estrangeiro. Referenciamos então uma abordagem razoavelmente exaustiva que Gerard Genette faz às formas de manifestação dos objectos artísticos; algo que nos pode ajudar a tipologizar e circunscrever melhor o modelo patrimonial antes esboçado, pela heteromorfia que já hoje tem implicado, dissolvendo ainda mais os pressupostos de imanência do material. A dissolução de alguns desses pressupostos é observável em sectores mais periféricos do património português, como são os casos do *cinema* e das *artes e ofícios tradicionais*. A observação de algumas práticas e políticas patrimoniais revelam, neste sector, um modelo nacional frágil, instável e contingente, apenas equilibrado pela garantia da inevitável globalização da emergência destas práticas de produção de valor.

As novas tecnologias e o novo contexto tecnológico, por seu lado, abrem a introdução à possibilidade de mudanças e alterações que estão já a ocorrer e a afectar o modelo patrimonial mais tradicional. Através da capacidade de digitalização da informação, é uma nova dimensão (mais virtual) que emerge e deve ser tida em conta, tanto pelo novo tipo de objectos que já produz como pelo auxílio que pode prestar à manutenção dos antigos. Nessas capacidades incluem-se a replicação/reprodução⁶³ de objectos, o que choca contra as paredes do núcleo duro do modelo patrimonial.

No ponto que se segue, observam-se ainda os abalos que as novas tecnologias podem introduzir devido às suas incompatibilidades com a *ratio* moderna; o modo como se desenha, na contemporaneidade, uma luta entre *arche* (a defesa das origens) e *telos* (a defesa do que virá). As inovações e os choques que ocorrem entre o modelo tradicional e as potencialidades que se abrem, mas se demoram mais a configurar, começam por abalar a **noção histórica de monumentalidade**. Os novos suportes dificilmente admitem essa noção e, o próprio fundamento da necessidade de preservação é construído no mesmo campo. O paradoxo que daqui emerge prende-se com o facto de se estar, com os novos suportes, a anular o agente central mobilizador das forças patrimonializantes — o **desgaste natural, a obsolescência natural dos objectos no tempo**. Eliminando esta ameaça motora da ideologia patrimonial, pergunta-se:

— Admitindo, mesmo que em termos de simulacro, a capacidade de tudo replicar/reproduzir, a questão que se levanta seria, então, que novo agente iria ocupar esse espaço central objectivado no tempo delapidante? Ir-se-ia desvanecer essa urgência patrimonializante ou configurar-se noutra morfologia diferente?

Aconteça o que acontecer, é igualmente um novo tipo de sujeito que se vai constituir nos próximos tempos, muito mais envolvido com a máquina, isto é, com os procedimentos estabilizados. Percebe-se que é preciso estar atento ao modo como evolui a experiência do sujeito contemporâneo, em particular na sua relação com a máquina; como se padronizam as relações dentro dessa experiência, e que género de sujeito produzem. Este espaço de passagem, de constituição de um novo modelo, (espaço mais ou menos longo conforme as determinações e contingências envolvidas) pode denominar-se um espaço de "crise", precisamente pela falta de estabilização modelar que ocorre nos tempos de "passagem".

Um dos indicadores mais materiais deste tempo de crise que afecta sobremaneira o património, configura-se naquilo a que Pierre Rosanvallon denominou, também, a crise do Estado-Providência. "O Estado-providência está doente com a crise que atravessa. O diagnóstico é simples: as despesas sociais continuam a aumentar aos ritmos anteriores, aceleram-se, por vezes (...), enquanto as receitas (impostos e quotizações sociais), que são por natureza indexadas pelo nível da actividade económica, se reduzem."⁶⁴ Isto origina um problema financeiro óbvio, e que tende a acentuar-se (a aumentar) devido essencialmente à inércia da máquina de reprodução

observa mais à frente, este é um ponto de reflexão central à alterações que pode sofrer um novo modelo do património.

⁶³ Este é um ponto que merece uma abordagem bem mais extensa e aprofundada que a que lhe foi aqui reservada. No entanto, como se

⁶⁴ *A Crise do Estado-Providência*, Rosanvallon, Pierre, ed. Inquérito, Lisboa, 1987, p.7.

burocrática do Estado no abarcar de despesas que já não comporta. Em termos mais económicos e numa perspectiva gestionária, a generalidade dos modelos de funcionamento do Estado-providência, enquanto empresas de suporte do risco e redistribuição dos rendimentos, não só apresentam uma eficiência altamente negativa, como caminham inexoravelmente para a insolvência. O *património* é contaminado por esta crise dada a sua dependência do suporte do Estado. Uma série de outras circunstâncias que contribuem para o cenário de crise sob o pano de fundo do Estado, são destacadas e explicitadas. Entre essas variáveis contam-se:

- a forte contingência, acima referida, característica da fragilidade das forças em campo, mediadas por lógicas antagónicas;
- a opacidade das relações sociais resultante da mediação do Estado-Protector-Redistribuidor;
- as formas de visibilização (artificiais) do Estado enquanto *interface* entre os indivíduos e o «social»;
- a despersonalização e indiferença geral que essa opacidade faz cultivar, coabitando com um sistema deficiente de representação e intervenção do cidadão nas decisões políticas;
- a ineficácia dos mecanismos de redistribuição;
- o custo económico e político da providência, não compensatório (politicamente) para o governo administrante;
- a **periodização eleitoral** que coordena a acção política e dá origem à sua incoerência e instabilidade;
- a cada vez maior **disjunção e automatização dos mecanismos de decisão** produzindo, frequentemente, efeitos diferenciais abruptos entre sectores de despesa;

Perante isto, o mais que podemos fazer é, com base neste trabalho, propôr algumas premissas para a constituição de um modelo alternativo, essencialmente mais aberto ao contexto, e reflexivo quanto às suas possibilidades de acção. Estas são premissas gerais que podem ser "afinadas" num espaço de debate e reflexão. Podemos ir diagnosticando possibilidades, à luz deste modelo e seu *modus faciendi*, os problemas que poderão vir a emergir no contexto contemporâneo e de futuro próximo, em particular com a emergência e estabilização performativa das novas tecnologias e seus efeitos. Para a possibilidade desse debate e reflexão, será interessante dispôr de estudos e dados que possam fornecer uma orientação a esse espaço de debate, confirmar ou não hipóteses, alinhamentos de acção, e contribuir para a colocação e resolução dos problemas que emergirem. É aqui que contribuimos com a síntese de um programa para a constituição de um observatório nestas áreas. Tentando investigar e produzir orientações facilitadoras da progressão do campo perante novas premissas do modelo e contextos externos, este programa poderá ainda aperfeiçoar as matrizes de pesquisa esboçadas neste trabalho; aprofundar o trabalho empírico de sondagem

das diversas formas de relação com o património; introduzir uma nova heurística com um maior campo de manobra; Investigar a generalidade das formas de valoração das experiências, constituição de axiologias e dispositivos de controlo do imaginário.

Na prática, este programa conclui o trabalho de pesquisa que aqui se desenvolveu, progredindo nas diversas áreas que achámos poderem afectá-lo.

Para concluir, podemos afirmar em síntese, e com alguma selecção, que neste trabalho, tentou demonstrar-se:

- Que o conjunto de actos que se reivindicam como tutelados pela legitimidade patrimonial, se organizam num campo formado pela especificidade das suas relações;
- Que estas se articulam com base no fundamento de uma experiência (patrimonial) que tem vindo ao longo dos tempos a ser redefinida.
- Que essa experiência circunscrita ao campo patrimonial, após a estabilização racional operada na Modernidade, encontra hoje novas formas de produção de valor que extravazam a sua teleologia;
- Que essa produção axiológica é resultante da possibilidade de cruzamento com outros campos de produção — o económico e o dos media, funcionando o primeiro como elemento fiduciário e o segundo como plataforma agenciadora de actos de conversão de valor entre os diversos campos;
- Que o encontro do campo patrimonial com outros campos de experiência operados sob outros modelos de legitimação, pode revelar formas anti-téticas de legitimação do valor;
- Que o padrão encontrado nas formas de conversão suportadas pelo cruzamento dos campos (em particular na cultura dos media) pode funcionar como índice das tendências contextuais de polarização dos valores;
- Que a análise de algumas práticas e políticas patrimoniais revelam um modelo nacional frágil, instável e contingente, apenas equilibrado pela garantia da inevitável globalização da emergência destas práticas de produção de valor;
- Que a emergência de novas tecnologias altera as formas de manifestação dos objectos patrimoniais e abala o modelo tradicional sustentado pelo campo patrimonial, debilitando os cânones herdados do romantismo envolvendo noções tradicionais de autenticidade, monumentalidade e imanência sacral investida no material do medium.

Sem grandes veleidades, quisémos aqui deixar esboçado um programa que possa contribuir para o aprofundar destas perspectivas sobre o património. Um programa que observe um índice de exequibilidade aceitável perante os condicionalismos presentes. Um programa que, no seguimento desta exposição, possa **destacar o papel da Universidade** e da capacidade pericial que ainda lhe resta, no contributo para uma evolução menos contingencial e fragilizada da sua relação com as forças socialmente produtivas.

